

Parceria para resultados

uno público



O UNOPúblico é uma ferramenta para auxiliar os professores e os gestores públicos na melhoria da qualidade do ensino de forma consistente.

GrupoSantillana

www.unopublico.com.br

(11) 6090.1325

cípios DE SÃO PAULO



FEITA

*res não tem
municipais e PEC
dos Deputados*

APM
Retrospectiva
2007

INFORTO ÀS UNIDADES DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

ONDE MUITOS VÊEM APENAS UMA CRIANÇA,



COM O SABE, SUA CIDADE GARANTE UM FUTURO MELHOR PARA AS CRIANÇAS.



A Prefeitura da sua cidade, em parceria com a Editora Positivo, pode realizar uma verdadeira revolução nas escolas públicas do seu município. O Sistema Aprende Brasil de Ensino – SABE – é um programa que oferece benefícios para alunos e professores de todas as escolas de sua comunidade. É um conjunto de recursos pedagógicos com a garantia do maior grupo educacional do País.

SABE – SISTEMA APRENDE BRASIL DE ENSINO.
TRANSFORMANDO O FUTURO DAS CRIANÇAS BRASILEIRAS.

GARANTIA DE QUALIDADE

Os Livros Didáticos Integrados são desenvolvidos e atualizados pelo Centro de Pesquisas Positivo. Eles contam com o padrão de excelência e a precisão na produção editorial e gráfica que consagraram a Editora Positivo.

VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

Uma equipe altamente qualificada estará à disposição dos profissionais de educação do seu município, dando o suporte necessário à prática pedagógica, por meio de cursos de metodologia que contribuirão para a formação continuada.

NÓS VEMOS TAMBÉM UM GRANDE FUTURO.

JWT.COM.BR



INCLUSÃO DIGITAL

Além de uma *home page* personalizada para o município, no Portal Aprende Brasil, alunos e professores têm acesso individualizado a um conteúdo educacional exclusivo e a avançados recursos e serviços multimídia, como Dicionário Aurélio, atlas, enciclopédia e muito mais.

IGUALDADE DE CONDIÇÕES

Com o SABE, seu município vai garantir o acesso à educação de maior qualidade para todos e assegurar as condições de um futuro promissor para as crianças do seu município, que terão à sua disposição uma infinidade de recursos educativos, visando a uma formação humana completa.

Entre em contato com a Editora Positivo e descubra como obter, por meio do SABE, os melhores resultados educativos no seu município.

SISTEMA DE ENSINO

Aprende Brasil

**Fale conosco: 0800 644 1515 sabe@positivo.com.br
www.editorapositivo.com.br**

Saldo positivo



ESTAMOS NO FINAL DO ANO DE 2007, aproveito este momento para fazer um balanço das nossas atividades durante esse período. Essa análise é muito importante para refletirmos tudo o que foi feito e principalmente orientarmos nosso foco para as ações futuras.

De um modo bastante simples, diria que o ano de 2007 foi positivo para todos os municípios brasileiros, pois após uma luta de cinco anos conseguimos o tão sonhado aumento de 1% do FPM, que passou de 22,5% para 23,5%. Com esse acréscimo os municípios brasileiros receberam mais de 500 milhões de reais neste ano e receberão em 2008 em torno de 1,66 bi.

Outros fatores importantes foram a implantação do FUNDEB, Lei de Saneamento e o Simples Nacional, que refletiram e refletem diretamente no dia-a-dia das gestões municipais.

Devido à implementação destas três novas legislações, a APM realizou seis seminários regionais para debater o FUNDEB, seis seminários regionais para debater o Simples Nacional e dois seminários para debater o novo marco regulatório do Saneamento.

Demos início ao PNC – Plano Nacional de Capacitação de Gestores Municipais do Meio Ambiente, em convênio com o Ministério do Meio Ambiente e Petrobras, que já realizou o primeiro módulo em oito regiões do nosso Estado, preparando os municípios para uma gestão ambiental.

Realizamos nossos tradicionais eventos: o 51º Congresso Estadual de Municípios e o 8º CBTIM – Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios e mantemos esta revista como forma de fazer chegar todas estas atividades aos gestores dos municípios paulistas e brasileiros.

Para o ano de 2008, estamos programando diversas atividades além do 52º Congresso Estadual de Municípios, no município de Santos, e o 9º CBTIM. Continuaremos com o PNC, que no próximo ano terá formado mil Agentes Municipais do Meio Ambiente, realizaremos seminários regionais para debatermos: Código Tributário dos Municípios e Revisão das Leis Orgânicas nas Câmaras Municipais.

Continuaremos com nossa articulação política ao lado da CNM – Confederação Nacional de Municípios, em Brasília, pois deveremos ter o embate da Reforma Tributária em 2008.

Enfim a APM, tem trabalhado na defesa e na orientação dos municípios paulistas, para continuarmos nessa luta gostaria que cada vez mais nossos municípios participassem efetivamente da entidade, contribuindo financeiramente e prestigiando todas nossas atividades, pois 2008 será um ano de muitas realizações.

**Saudações municipalistas!
A luta continua!**

MARCOS MONTI
Presidente da APM

Associação Paulista de Municípios
Rua Major Sertório, 128 – 9º andar
Centro - São Paulo - SP
CEP 01222-000
Fone/Fax: (0xx11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

DIRETORIA

DIRETORIA-ADMINISTRATIVA

PRESIDENTE
Marcos Monti
1º VICE-PRESIDENTE
José Luiz Rodrigues
2º VICE-PRESIDENTE
Welson Gasparini
3º VICE-PRESIDENTE
Rubens Furlan
4º VICE-PRESIDENTE
Marcos José da Silva

RETARIA – MEMBROS DIRETORES

SECRETÁRIO-GERAL
Antonio César Simão
1º SECRETÁRIO
Dr. Hélio de Oliveira Santos
2º SECRETÁRIO
Sebastião Misiara
3º SECRETÁRIO
Itamar Francisco Machado Borges

TESOURARIA

TESOUREIRO-GERAL
Carlos Alberto Cruz Filho
1º TESOUREIRO
José Ademir Infante Gutierrez
2º TESOUREIRO
Antonio Francelino
3º TESOUREIRO
João Buzzo

CONSELHO DELIBERATIVO

PRESIDENTE
Aquevirque Antonio Nholla

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE
José Mauro Dedemo Orlandini

COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

PRESIDENTE
Sckandar Mussi

CONSELHO TÉCNICO MULTIDISCIPLINAR

PRESIDENTE
Antonio Sérgio Baptista



6 VEREADORES

PEC 333/2004 volta à pauta da Câmara dos Deputados



10 CBTIM

Os assuntos abordados no Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação para os Municípios



28 ADMINISTRAÇÃO

Tecnologia para uma melhor gestão e atendimento

20 EDUCAÇÃO

MEC analisa projeto-piloto e prevê a implementação de Um Computador por Aluno

22 SAÚDE

Informatização leva conforto e modernidade às unidades de saúde

26 SEGURANÇA

Municípios investem em tecnologia a favor da segurança

31 ANIVERSARIANTES DO MÊS

Novembro e Dezembro

32 CASE

Lençóis Paulista – exemplo em T na gestão pública municipal

34 RETROSPECTIVA

As conquistas de 2007 para os municípios

40 LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Biúna

41 ARTIGO

Por Rafael de Almeida Ribeiro

42 CONSTRUÇÃO CIVIL

Seminário discute a gestão de resíduos

44 IPT

46 TCE

47 PÁGINA DA HISTÓRIA

48 ARTIGO JURÍDICO

50 CASOS E CAUSOS

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Antônio César Simão
Aquevirque Antônio Nholla
Carlos Alberto Cruz Filho
José Mauro Dedemo Orlandini
Marcos Monti



REDAÇÃO

EDITORA
Camila Plati
municipiosdesaopaulo@gmail.com

EDIÇÃO DE ARTE
Rogério Lobato Loconte
rogerio.loconte@gmail.com

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

GSenne Soluções em Negócios
Tel.: (11) 4368-5678/4367-5632

FALE CONOSCO

Assinaturas, renovações e números atrasados
Tel.: (11) 2165-9999 – Fax: 2165-9986
www.apaulista.org.br

Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.
ouvidoria@apaulista.org.br
municipiosdesaopaulo@gmail.com

Dezembro/2007

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por idéias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expressam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios.

ERRATA

Diferentemente do que foi publicado na edição anterior, Nilton Correia de Mendonça é o atual diretor executivo da Associação dos Municípios da Nova Alta Paulista (AMNAP), em substituição ao sr. dr. Carlos José Ribeiro do Val, que atualmente responde pelo Escritório Regional (Dracena) do Deputado Estadual Reinaldo de Souza Alzug-PV (18-3821-5007).

Expectativa cau

Criar uma regra que garanta a relação direta entre o número de vereadores e o tamanho da população. Essa é a proposta da PEC 333/2004, uma das proposições prioritárias na Câmara

Por Daniella Turano

COM QUATRO ANOS de tramitação e polêmica, a Proposta de Emenda Constitucional 333/2004, do deputado Pompeo de Mattos, que altera o número de vereadores de acordo com a população e reduz as despesas nas câmaras municipais volta à pauta da Câmara dos Deputados. Deve ser votado um texto alternativo, elaborado pelos deputados Pompeo de Mattos, Mário Heringer, presidente da Frente dos Vereadores, e Vitor Penido, que adota como critério para o corte de despesas das câmaras municipais a arrecadação municipal. O texto atual usava a população do município como parâmetro para a definição dos gastos. Outra mudança é a redução no número de vereadores por faixa populacional em relação ao proposto pelo relator da PEC 333. Atualmente, a Constituição estabelece que o número de vereadores deve ser proporcional à população do município, observados os limites

de nove a 21 vereadores nos municípios de até 1 milhão de habitantes; 33 a 41 vereadores em municípios de 1 a 5 milhões de habitantes; e de 42 a 55 nos municípios de mais de 5 milhões de habitantes (artigo 29). Esses limites, no entanto, não eram cumpridos. A votação depende da liberação da cota trancada pela MP 394/07.



sa polêmica

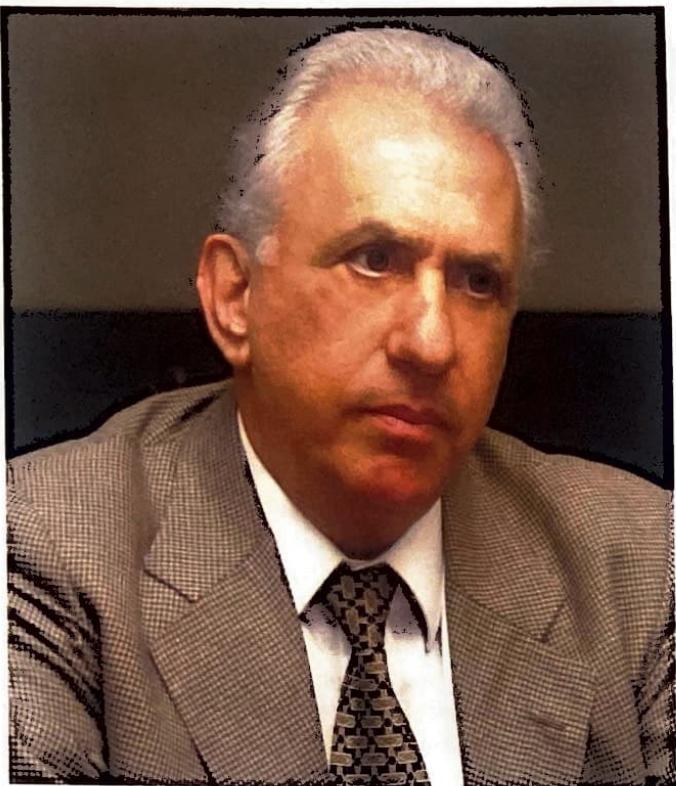
COM A PALAVRA, O AUTOR DA PEC

Freqüentemente, a imprensa tem divulgado em grandes manchetes que a Câmara dos Deputados pretende criar milhares de vagas de vereadores no País. Como autor da Proposta de Emenda Constitucional 333/2004, o Deputado Pompeo de Mattos faz algumas ponderações sobre o assunto, pois trata-se de matéria delicada e complexa, que merece uma análise bem mais aprofundada do que tem sido feita: "Esclareço, de antemão, que a PEC 333/2004 não tem por objetivo prioritário aumentar o número de vereadores, mas sim criar uma regra que garanta uma relação direta entre o número de vereadores e o tamanho da população", explica. Em 2004, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) baixou resolução fixando o número de vereadores para cada município. Um município com mais de 45 mil habitantes passou a ter o mesmo número de vereadores que outro de 2 mil. Segundo o deputado, isso é um absurdo, pois agride a lógica da representação parlamentar e precisa ser corrigido: "Em suma, a redução diminuiu a representatividade da sociedade nas câmaras municipais. Basta ver que caiu o número de mulheres, de negros e de outras minorias. Ou seja, houve uma elitização dos legislativos, em que a maioria das vagas que sobraram passaram a ser ocupadas por quem detém maior poder econômico", diz. "Como parlamentar defendi uma normatização definitiva sobre o número de vereadores muito antes do Superior Tribunal Federal e do TSE intervirem na questão", completa. Em 1999, quando chegou à Câmara dos Deputados, o deputado propôs o Projeto de Lei Complementar nº 191, que regulamentava o art. nº 29 da Constituição Federal, e acabava com a prática das câmaras municipais de fixarem o número de vereadores de forma desordenada e em número sempre superior ao razoável. Em 2000, foi excomungado por duas centenas de vereadores, no auditório Dante Barone, da Assembléia Legislativa, ao participar de um con-



POMPEO DE MATOS: "A PEC 333/2004 NÃO TEM POR OBJETIVO AUMENTAR O NÚMERO DE VEREADORES, MAS SIM CRIAR UMA REGRa QUE GARANTA UMA RELAÇÃO DIRETA ENTRE O NÚMERO DE VEREADORES E O TAMANHO DA POPULAÇÃO"

gresso da União dos Vereadores do Rio Grande do Sul (Uvergs): "Por pouco, não sofri agressão física dos presentes mais exaltados em virtude de minha proposta que reduzia vagas nas câmaras", lembra. As mudanças não foram feitas – a proposta perambulou pela Câmara dos Deputados por mais de quatro anos sem ser votada – e o STF acabou julgando o óbvio, ou seja, as câmaras municipais estavam exagerando na dose ao fixar número de vereadores acima dos limites razoáveis. E coube ao TSE estabelecer as regras para as eleições de 2004. Após as eleições daquele ano, Mattos representou proposta diminuindo de nove para sete o número mínimo de vereadores em cidades de até 5 mil habitantes: "Não propus 7 mil novas vagas de vereadores como tem sido dito. Deste número tem que ser abatido as 2.400 vagas que seriam cortadas (são 1.200 municípios que perderiam duas cadeiras cada um). Na verdade, então, minha proposta aumenta 4.500 vagas, em relação à resolução do TSE. Por outro lado reduz em mais de 4 mil vagas em relação à realidade vigente antes da decisão do TSE", explica. "O aumento de 7 mil vagas não faz parte da minha proposta, mas é fruto de modificações que o relator, deputado federal Luiz Eduardo Greenhalg, propôs ao plenário. De minha parte, defenderei meu texto original. Ou seja, entendo que havia necessidade de reduzir o número de vereadores, mas o TSE exagerou na dose, criando as distorções citadas anteriormente", completa. A proposta de Mattos estabelece uma proporcionalidade distribuída ao longo de 24 faixas de população, garantindo que onde há maior população haverá mais vereadores e vice-versa. Outro dado muito importante que a população desconhece, é que a justiça reduziu o número de vereadores mas manteve os gastos. Ou seja, as câmaras municipais, em sua maioria, ficaram com menos vereadores, mas o dinheiro gasto continuou o mesmo, que passou a ser gasto com



SEBASTIÃO MISIARA, DA UVESP: "A REDUÇÃO NÃO LEVOU A LUGAR ALGUM, SOMENTE DISTORCEU A REPRESENTAÇÃO DEMOCRÁTICA QUE QUANTO MAIOR, MAIS PERFEITA"

novos cargos, viagens e uma série de outras vantagens: "Meu projeto diminui, significativamente, os gastos das câmaras municipais. Para se ter uma idéia, nas capitais os orçamentos das câmaras municipais vão reduzir em 10%, o que significa uma economia significativa. Com a nova Lei, em todas as câmaras municipais o dinheiro disponível será menor. Mesmo nos municípios onde aumentará o número de vereadores, diminuirá o gasto público com salário de vereadores, assessores e outras despesas. Um levantamento financeiro que realizamos demonstra que haverá uma economia de R\$ 500 milhões por mês em todo o País", afirma. A princípio pode parecer difícil para o cidadão comum entender como será possível aumentar o número de vereadores e ao mesmo tempo diminuir os gastos. Mas a fórmula é simples. Exemplo: Digamos que a Lei diga que a Câmara de Vereadores da cidade X tenha um orçamento de R\$ 100 mil por mês e nove vereadores. Este dinheiro é usado para pagar os salários dos vereadores, funcionários, água, luz, telefone, viagens etc. Com a mudança, esta câmara passa a ter 11 vereadores e perderá 10% de seu orçamento. Para pagar os salários desses novos vereadores, a câmara terá que reduzir as despesas que já tem, seja diminuindo os salários pagos aos vereadores, demitindo funcionários ou cortando outras despesas.

Em suma, as câmaras terão que fazer a lição de casa. E não se pode dizer que as câmaras po-

derão fazer um acordo com o Poder Executivo para manter ou aumentar os gastos, pois a limitação (redução) orçamentária estará prevista na Constituição Federal.

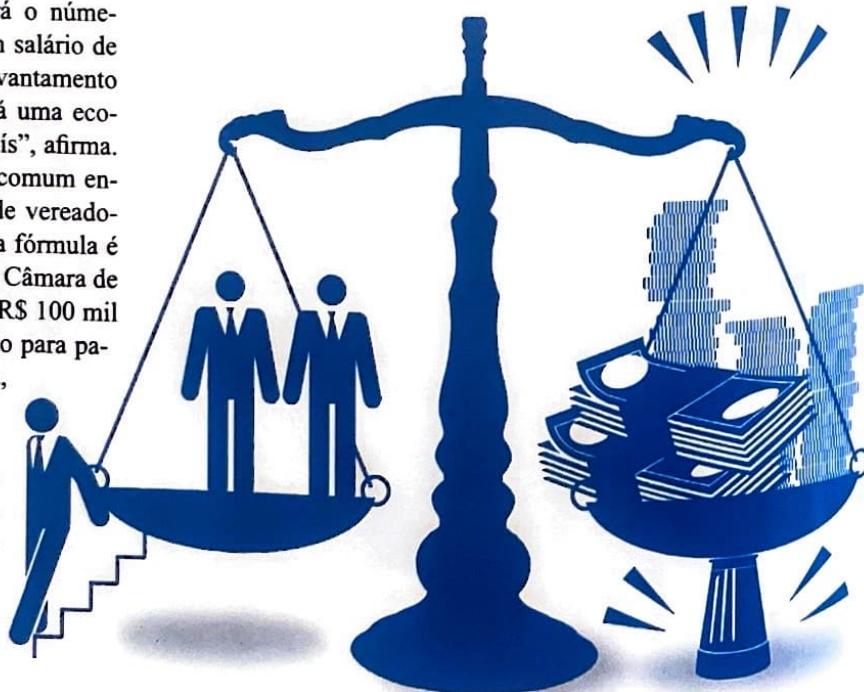
Segundo o presidente da UVESP, Sebastião Misiara, na ocasião do depoimento na comissão de deputados que analisava o número de vereadores, em Brasília, a União alertou que a redução de parlamentares não reduziria os gastos. Na época, isso foi distorcido pela própria imprensa interessada em diminuir o poder legislativo: "A redução não levou a lugar algum, a não ser distorcer a representação democrática que, quanto maior, mais perfeita é", explica.

Naquela ocasião, também comentaram que a ausência de uma ação mais firme do poder legislativo facilitaria o ingresso do poder judiciário nas decisões legislativas, e que a diminuição viria em função disso. Depois disso, segundo ele, a história mostra que o Poder Judiciário avançou em outras áreas, esbarmando no princípio da tripartição de poderes de Montesquieu.

Hoje, para Misiara, que foi vereador em Barretos por 24 anos, a saída é única: "Aprovação pelo Congresso Nacional, da divisão correta de cadeiras, levando o índice populacional da cada município, durante a discussão da PEC 333, cuja aprovação, para vigorar no próximo mandato, pode ser a qualquer tempo", afirma.

BUSCA POR CONSENSO

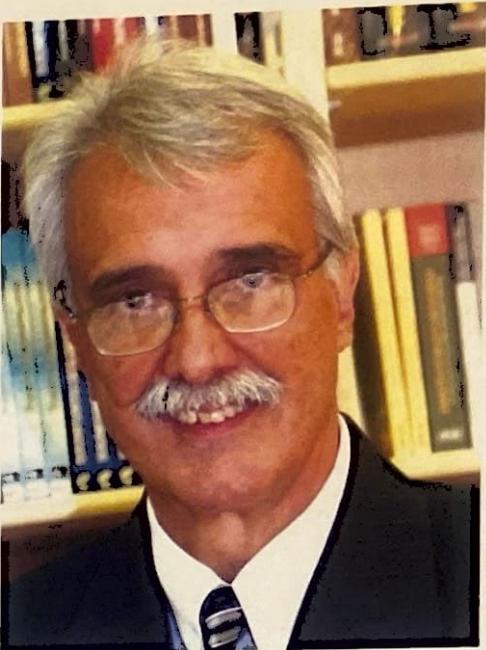
Apesar da campanha dos deputados, continua a trancada por cinco medidas provisórias, o Plenário deve votar em breve a Proposta de Emenda à Constituição 333/04, que disciplina o número de vereadores e os limites de gastos com as câmaras municipais. Nas últimas semanas, o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, discutiu o assunto com os deputados Pompeo de Mattos,



autor da PEC; Mário Heringer, que defende o texto aprovado pela Comissão Especial que analisou o tema; e Vitor Penido, que apresentou uma emenda de plenário sobre o assunto. O ponto mais polêmico é a definição do número de vereadores. A PEC define esse número de acordo com a população do município. Vitor Penido propôs a redução de 1.271 vereadores em todo o País. Mas a proposta que ganhou mais força foi a defendida por Mário Heringer, que aumenta em 8.043 o número total de vereadores, mas reduz os gastos das câmaras municipais. Ainda de acordo com Mário Heringer, o aumento no número de vereadores ocorreria em cidades médias, para evitar distorções de representação se comparadas com

cidades pequenas. O deputado destacou que o número mínimo e máximo de vereadores previsto em resolução do Tribunal Superior Eleitoral deve ser mantido: nove vereadores nos municípios menores até 55 nos mais populosos. Também estão em debate dois critérios para o corte de despesas: um considera a população do município e o outro a arrecadação municipal. Mário Heringer defende, para cidades até 100 mil habitantes, a redução do teto de recursos para as câmaras de vereadores de 8% para 4,5% da receita líquida dos municípios. Para as cidades mais populosas, o repasse máximo cairia de 5,15% para 1,75% da receita municipal. Já Vitor Penido defende a redução do teto de 8% para 4,5% para cidades que arrecadam até R\$ 6 milhões por ano, e de 5,15% para 1,75% para municípios com arrecadação superior a R\$ 500 milhões por ano. Apesar da diferença de critérios, tanto Vitor Penido quanto Mário Heringer estimam uma economia entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão com a adoção dessas mudanças. Com a Emenda Aglutinativa, apresentada em dezembro pelos deputados Pompeo de Mattos, Vitor Penido e Mário Heringer, espera-se que haja um consenso. Mesmo assim, Mário Heringer deixa claro sua posição de defender o aumento do número de vagas, baseado na "questão da representatividade proporcional e na democracia" e Vitor Penido foca "apenas a redução de repasses, consequentemente a redução das despesas" nas câmaras municipais.

Em uma das reuniões, o deputado Mário Heringer subiu à Tribuna para parabenizar os parlamentares pela decisão de, finalmente, agilizar os trabalhos na Casa e colocar em votação a PEC 333/04: "Quero parabenizar esta Casa pelo acordo realizado hoje na reunião de Líderes a fim de agilizar e otimizar as votações das medidas provisórias e colocar na pauta a PEC dos Vereadores. Acabei de assistir ao pronunciamento



DR. ALBERTO ROLLO, PRESIDENTE DO DIPA: O AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES NÃO TEVE NENHUMA INFLUÊNCIA NOS GASTOS DO TCE, MAS SIM NO REPASSE DOS VALORES

to bastante inflamado do Deputado Inocêncio Oliveira, uma referência para todos nós. Quero agregar ao discurso do nosso companheiro o conceito de representatividade. É preciso entender que o que propomos na PEC 333, de 2004, é uma redução real dos custos com as câmaras municipais. Desta vez, vamos fazer o que foi prometido em 2004 – que estamos tentando fazer há três anos –, para que não cheguemos no ano que vem e sejamos submetidos outra vez à nova resolução. Entendemos que, da maneira como vai ser feita, com distribuição pro

poracional, com respeito ao direito do povo de escolher a qualidade e a quantidade de seus representantes, fazendo com que o Pacto Federativo seja cumprido, uma vez que de terminamos que cada Câmara escolha seu número até um limite superior, vamos fazer o que todos deveríamos e devemos, com nossas ações legislativas. O que ocorre é que temos aberto mão das prerrogativas desta Casa e aceitado que a todo dia novos Poderes legislem. Além do Poder Executivo, agora, o Poder Judiciário. Mais grave, podemos vir a ter outros poderes paralelos ingerindo sobre nossas funções. Por isso, peço ao Plenário que votemos e aprove mos a emenda aglutinativa produzida por esta Casa para cumprirmos nosso papel. Muito obrigado". De acordo com o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, três proposições são prioritárias e deverão ser votadas até o final do ano: a Proposta de Emenda à Constituição PEC 333/04, que disciplina o número de vereadores e os limites de gastos com as câmaras municipais; o projeto da reforma política (1210/07); e a PEC da Defensoria Pública (487/05). Em relação à PEC dos Vereadores, há um substitutivo da comissão especial que analisou a matéria, mas discussões entre as lideranças partidárias já acertaram mudanças no texto em plenário. Chinaglia adiantou que vários líderes se mostraram favoráveis a uma proposta do deputado Vitor Penido.

"O aumento ou diminuição do número de vereadores não teve nenhuma influência nos gastos do TCE, mas sim no repasse dos valores, conforme contido na PEC 333. As prefeituras passam a repassar valores maiores para as câmaras que só podem gastar até esse limite. O importante é a diminuição do repasse. Sou a favor da PEC 333", dr. Alberto Rollo, especialista em Direito Eleitoral e presidente do Instituto de Direito Político, Eleitoral e Administrativo (Idipea). •

8º Congresso Brasileiro de Tecnologia para os Municípios



DEP. CÉLIA LEÃO, DEP. MILTON MONTI, SECRETÁRIO ESTADUAL DE GESTÃO PÚBLICA, SIDNEY BERALDO; PRESIDENTE DA APM, MARCOS MONTI, GILMAR DOMINICI, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; DEP. CELSO GIGLIO

O primeiro congresso de TI para os municípios do Brasil reuniu representantes de todo o País para discutir as novas ferramentas tecnológicas

Por Iara Martins

A 8ª EDIÇÃO do Congresso Brasileiro de Tecnologia para os Municípios (CBTIM), promovido pela APM, aconteceu entre os dias 05 e 07 de novembro no Frei Caneca & Convention Center, em São Paulo. Sob o tema “Cidade Digital”, o evento reuniu representantes de diversas cidades brasileiras.

O presidente da APM, Marcos Monti, tem plena convicção de que no 8º CBTIM os objetivos da Associação foram devidamente atendidos. “A APM tem como uma de suas finalidades orientar os gestores públicos para uma administração transparente, eficaz, ágil e com economicidade. As ferramentas ali apresentadas contemplam todas essas expectativas. Quando existe a participação dos congressistas e dos municípios que representamos, o saldo é sempre positivo”, disse.

Estiveram presentes no Congresso grandes personalidades na área de Tecnologia da Informação, que abrilhantaram o evento com palestras e temas de alta qualidade. Além disso, casos de sucesso, como o da cidade de Lençóis Paulista e de Parintins trouxeram ainda mais motivação aos representantes municipais. “Recebemos diversos elogios de ambas as partes. Ou seja, tanto os palestrantes ficaram impressionados positivamente com o conteúdo como também os congressistas. A participação da PRODESC, TCE-SP, USP, IPT, FGV, entre outras, comprovam isso”, ressaltou Monti.

Essa edição do Congresso contou com o patrocínio do Banco Bradesco e com o apoio institucional da SABESP. Além dos expositores, que tiveram um papel fundamental no showroom do evento.

íro para os Municípios

ABERTURA

O presidente da APM, Marcos Monti abriu o evento destacando a questão da importância do Congresso para os municípios. "Eu não tenho dúvidas de que a questão da tecnologia da informação é um caminho sem volta. Sei que ainda não são todos os municípios que se utilizam dessas ferramentas. Às vezes por falta de conhecimento,

outras por não ter recursos suficientes. Mas esse evento veio um pouco para desmistificar tudo isso". E completou dizendo que o papel da APM é defender os municípios e que trazer essas novas tecnologias é também uma forma de auxiliá-los.

A sessão solene de abertura foi finalizada pelo secretário Sidney Beraldo,

que ressaltou a importância dos homens públicos terem como foco o cidadão, adotando políticas que tenham como objetivo melhorar a qualidade dos serviços públicos. "Temos que trabalhar pela constante busca da eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas. E não dá pra fazer isso sem a tecnologia da informação", advertiu.



MARCOS MONTI, JOSÉ MAURO
DEDÉDO ORLANDINI E GUILHERME
AFIF DOMINGOS

Sem nós

Secretário Guilherme Afif abriu as plenárias apresentando os primeiros passos da desburocratização

O SECRETÁRIO DE ESTADO de Emprego e Relações do Trabalho, Guilherme Afif Domingos, abriu as sessões plenárias do 8º CBTIM falando sobre as primeiras ações do Programa Estadual de Desburocratização (PED).

Ele ressaltou os pontos que serão trabalhados no programa, entre eles a qualificação de mão-de-obra, apoio ao empreendedorismo e a desburocratização. "E esses dois últimos andam unidos. Porque o grande nó do empreendedor é a burocracia. Se não fosse, não teríamos um nível de informalidade tão alto". E lembrou que no estado de São Paulo o número de pessoas que vivem na informalidade é altíssimo, aproximadamente 3,2 milhões de cidadãos. "Há um Uruguai escondido em São Paulo", advertiu.



GUILHERME AFIF
DOMINGOS,
SECRETÁRIO DE
ESTADO DE EMPREGO
E RELAÇÕES DO
TRABALHO



DEP. CÉLIA LEÃO
CERCADA DE
CONGRESSISTAS

Algumas das ações do PED são a extinção do reconhecimento de firma, bem como outras obrigações acessórias, a criação do Micro Empreendedor Individual (MEI), a unicidade de processo de registro das MPE e do Poupatempo do Empreendedor.

O MEI é aquele trabalhador que fatura até R\$ 3 mil mensais ou R\$ 36 mil por ano. E o objetivo do PED é formalizar esse cidadão, oferecendo-lhe uma série de facilidades, tais como a declaração anual e simplificada, a dispensa da nota fiscal e adotar o imposto único, que será pago através do Carnê da Cidadania. "Eu considero como um programa muito melhor que as conhecidas 'Bolsas', porque aqui a gente ajuda o cidadão que trabalha", declarou.

Outra ação importante é a unicidade do processo de registro, que impossibilita a duplicidade e diminui o tempo de abertura da empresa. Com ele, os processos e sistemas dos órgãos das três esferas de governo terão uma seqüência integrada e automática.

Algumas ações já adotadas na administração pública estadual são a unificação do cadastro de fornecedores e a obrigatoriedade do pregão eletrônico que, de janeiro a setembro deste ano já proporcionou uma economia de R\$ 58 milhões. Afif falou, ainda, sobre a formação do Comitê Estadual de Desburocratização (CED), formado por diversas secretarias estaduais e PGE, que tem como tarefa principal desburocratizar antes de informatizar.

DEP. CELSO GIGLIO
DURANTE ABERTURA
DO CONGRESSO





DRA. DALVA CHRISTOFOLETTI COM FUNCIONÁRIAS DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Canal personalizado de atendimento

Especialistas falam sobre o papel e importância da informatização das ouvidorias municipais

A IMPORTÂNCIA de se manter uma via de ligação entre gestores municipais e cidadãos foi abordada pelo ouvidor da PRO DESP e do Poupatempo, José de Ambrosis Pinheiro Machado e pela a presidente da Associação Brasileira de Ouvidores e Om budsmans (ABO-SP) e ouvidora geral da cidade de São Paulo, Maria Inês Fornazaro.

Pinheiro Machado lembrou que existe grande resistência no sentido de ouvir críticas, mas acredita que é uma importante experiência para os gestores municipais conseguir depreender delas aquilo que é útil para transformar o serviço oferecido. "Às vezes expõe um pouco, porque se você tem uma estrutura que é muito carente de muitas coisas, obviamente que a crítica pode não ajudar", ressaltou. E comentou que, para se montar uma estrutura de ouvidoria municipal, o gestor tem de estar disposto a criar um canal para ouvir a opinião do cidadão, tomar as providências cabíveis e oferecer uma resposta ágil e correta.

O ouvidor divulgou o Sistema de Gestão das Manifestações do Cidadão (SGMC) do

Poupatempo, que permite a sistematização do recebimento e resposta das manifestações realizadas nos postos, tele-atendimento e internet. E mostrou aos congressistas as diferentes telas e atuações do sistema.

Maria Inês Fornazaro afirmou que possuir uma ouvidoria pode ser interessante não só para o cidadão, mas também para o gestor municipal. "Hoje em dia nenhum prefeito pode se dar ao luxo de ouvir um a um os seus municípios, porque ele tem muitas tarefas administrativas e políticas. Ela é uma forma de o prefeito entrar em contato direto com a população", explicou. E enfatizou que os dados de tal departamento podem direcionar investimentos e descobrir falhas antes que elas apareçam no noticiário da cidade.

Fornazaro lembrou que a ouvidoria está diretamente ligada à transparência, cidadania, melhoria de gestão e aprimoramento dos serviços públicos. "É uma forma moderna e eficaz de administrar. E essa forma está diretamente ligada ao fato de ouvir o cidadão", finalizou.





Brasil digital

Programas de modernização de gestão pública e políticas de qualidade de atendimento à população são destaque no 8º CBTIM

O TEMA CENTRAL do Congresso, "Município Digital" foi abordado por especialistas que apresentaram as vantagens e mudanças trazidas pela TIC.

O gerente de Projetos do Laboratório de Sistemas Integráveis da Escola Politécnica da USP, Hilton Garcia Fernandes, explicou as variadas ferramentas utilizadas para construir as chamadas cidades digitais. E disse que a possibilidade de um município se desenvolver através do investimento nas ferramentas da TI é bastante considerável. "As empresas são atraídas pela infra-estrutura oferecida pela cidade", observou.

Um dos exemplos de modernização é o projeto Salvador Digital. Quem falou sobre ele foi o diretor-presidente da Companhia de Processamento de Dados de Salvador (PRODASAL), Nápolio Lemos. A iniciativa trata-se de um conjunto de ações estratégicas relacionadas ao e-Gov, inclusão digital e pólos

de TIC. Seus objetivos são desenvolver tecnologias voltadas para a cidadania, aperfeiçoamento da gestão pública e geração de emprego e renda.

Lemos revelou que a inclusão digital prevista no projeto absorverá, além dos variados segmentos da população, os pequenos e microempresários. "Esse é um foco importante, pois essa inclusão vai criar para a cidade uma demanda de serviços na área de tecnologia, gerando emprego e renda", disse.

Falou, ainda sobre o projeto Rede Metropolitana de Salvador, o ReMeSSA, que tem como finalidade instalar 160km de fibra óptica na cidade, para uso educacional e de pesquisa. Assim, acontecerá a ampliação da internet sem fio para todos os pontos da prefeitura municipal.

Outro caso de sucesso apresentado foi o projeto que integra o Programa World Ahead, da Intel. A diretora de Conectividade da Intel Brasil, Elaine

PRESSTAÇÕES
Os diretores de Fiscalização do TCE-SP, Paulo Massaru Uesugi Sugiura e Mauricio Queiroz de Castro falaram sobre a implantação do Sistema de Auditoria Eletrônica de Contas Públicas do TCE-SP e comentaram sobre a necessidade de capacitação dos servidores públicos municipais e da formação de um núcleo de planejamento em cada círculo. "Hoje são os círculos que fazem esse trabalho", destacou Sugiura.

INTEGRADA

O coordenador de TI da CNM, Celso Daniel Souza da Silva, falou sobre o Sistema Integrado de Gestão Municipal, o SIAMWEB, que abrange a implantação de uma única base de dados e oferece treinamento aos servidores para a utilização e manutenção do sistema. Tudo de forma consociada, baixando o custo para as cidades.

"A idéia era ter um sistema no qual o município tivesse a liberdade de utilizar sem ficar dependente da CNM. Até mesmo porque não temos estrutura pra ficar mandando técnicos até a cidade continuamente", disse.

Num segundo momento, Silva explicou as linhas de atuação do Programa de Fortalecimento do Poder Local, que envolve, entre tantas outras melhorias, a organização de processos e redução de custos.

nitário e
“Nós tivemos o apoio
das secretarias, o que é fundamental”,
ressaltou.

Um ano depois da implantação do projeto a cidade, localizada em uma ilha do Rio Amazonas, se tornou referência nacional na tele-saúde. Foram treinados 32 médicos locais para utilizar as novas ferramentas, incluindo a



interação por vídeo em tempo real entre especialistas e pacientes. Dessa forma, os médicos da cidade podem ter acesso rápido aos últimos dados médicos ou opiniões de colegas especialistas. Isso foi possível graças ao trabalho conjunto das Universidades do Estado do Amazonas (UEA), de São Paulo (USP) e a Federal do Amazonas (UFAM). Nesse período, 100 pessoas foram atendidas através das tele-consultas, o que proporcionou um aumento na qualidade de vida da população local e reduziu os custos de viagens.

O reconhecido caso de Lençóis

Paulista também foi abordado durante o Congresso. O diretor de Suprimentos e Informática, Luiz Carlos Baptista, e o diretor de Planejamento, Luiz Antonio Paccola Coneglian, mostraram as diversas interfaces do sistema implantado na cidade.

Coneglian explicou que o projeto se baseia num tripé: sistema de gestão, estrutura tecnológica e desenvolvimento de pessoas. E contou que, em seu desenvolvimento, foram investidos cerca de R\$1,100 milhão. Atualmente, a prefeitura conta com 56 unidades conectadas.

Brasileiro (SIB) a implantação de novas ferramentas nos variados setores administrativos dos estados e promove integração entre as unidades federativas. “Software cujo desenvolvimento é contratado com recursos públicos é um bem público”, ressaltou.

**FINANCIANDO
QUALIDADE DE GESTÃO**
O gerente do BNDES Luiz Antonio Pazos esteve presente no 8º CBTIM para falar sobre o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT). Durante sua apresentação, contou um pouco da trajetória do Programa e explicou seu funcionamento. Pazos lembrou aos presentes que o BNDES entende que cada município tem um projeto diferente, uma vez que possui suas particularidades e necessidades específicas.



Notas

SEGURANÇA

Sistema de Gestão da Segurança de Informação foi o tema da palestra ministrada pelo analista de informática da PRODESP, Dani Burali Meissner. Ele explicou que a Companhia é certificada pelo ISO 27001, padrão para sistemas de gerência de segurança da informação. E reiterou que a PRODESP presta serviço de DataCenter e, nesse caso é preciso estar atento à segurança. "Os serviços só continuam a funcionar se nossos serviços se oferecerem qualidade. E dentro da qualidade está a segurança. Sem ela não há DataCenter", falou.

DE CARA NOVA

O novo modelo de gestão da Caixa Econômica Federal foi exposto pela gerente nacional de Assistência Técnica da Caixa Econômica Nacional, Maria Tereza de Souza. Ela contou que essa mudança veio para facilitar o acesso aos recursos existentes, uniformizar a atividade no país e personalizar o atendimento. "E esse novo perfil de atendimento é uma mudança de atitude", declarou. A gerente disse que a CEF, além de ajudar a desenvolver os projetos, trabalha também com o aprimoramento da gestão municipal, porque muitas vezes os municípios não estão bem estruturados para prestar todos os seus serviços.



Notas

ALIADOS

O subchefe-adjunto da Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República, Olavo Noleto Alves garantiu que a União está trabalhando para o fortalecimento institucional e qualificação da gestão dos municípios. E disse que sem esse avigoramento não há o fortalecimento da Federação Brasileira. Ele comentou que tal trabalho dialoga diretamente com a questão do acesso da TI por parte dos gestores. Mas advertiu: "Não podemos cair na cilada de deixar a TI ditar o nosso modelo de gestão. O software tem que se adaptar ao que nós queremos e não o inverso".

AVALIANDO O WEBGOV

O presidente do Instituto dos ex-alunos da FGV-SP e especialista em Relacionamento Institucional, Marcelo Augusto Vieira, contou que o instituto existe há mais de 50 anos e se tornou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), com foco em Melhoria da Gestão Pública. O gestor de TecGov, Centro de Estudos em TI para Governo da FGV/EAESP e professor titular do Departamento de Informática e Métodos Quantitativos Aplicados à Administração da FGV/EAESP Norberto Torres, fez uma análise sobre a qualidade dos websites dos municípios paulistas e concluiu que é preciso repensar a TIC e e-Gov. E salientou que "o



Notas

nível de desenvolvimento de governo eletrônico depende muito das boas iniciativas".

NADA SIMPLES

O secretário de Administração da Prefeitura de Indaiatuba e membro do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, Samir Mauricio de Andrade apontou para alguns problemas na Lei Complementar 123. Ele explicou que o objetivo do Carter Simples era fazer uma legislação unificada de arrecadação dos impostos e contribuições da União, Estados, DF e Municípios, iniciativa que afetou diretamente na competência tributária dos municípios. E esclareceu que ela, por se tratar de lei complementar, não estava autorizada a fazer isso, ferindo, assim a autonomia municipal. "Só que acontece o seguinte: a lei pegou. E pegou porque o movimento empresarial foi mais forte que o municipalista", lamentou. Ele falou, ainda, sobre a dificuldade de fiscalização quanto à regularidade de recolhimentos. E explicou alguns procedimentos que podem ser adotados por ora.





A TEBE chega aos 10 anos e quem recebe o presente são nossos usuários. Neste período temos muito que comemorar:

- Rodovia Brigadeiro Faria Lima é a segunda melhor do país (Pesquisa CNT/2007)
- 99% de aprovação dos usuários na qualidade do atendimento
- 95% de aprovação dos usuários na qualidade das rodovias
- Duplicação de importante trecho da SP-351
(Contorno de Bebedouro)

Essas conquistas são o resultado de nossa preocupação constante com o aperfeiçoamento dos serviços, trabalho contínuo na conservação das rodovias e realização de campanhas sócio-educativas e ambientais.



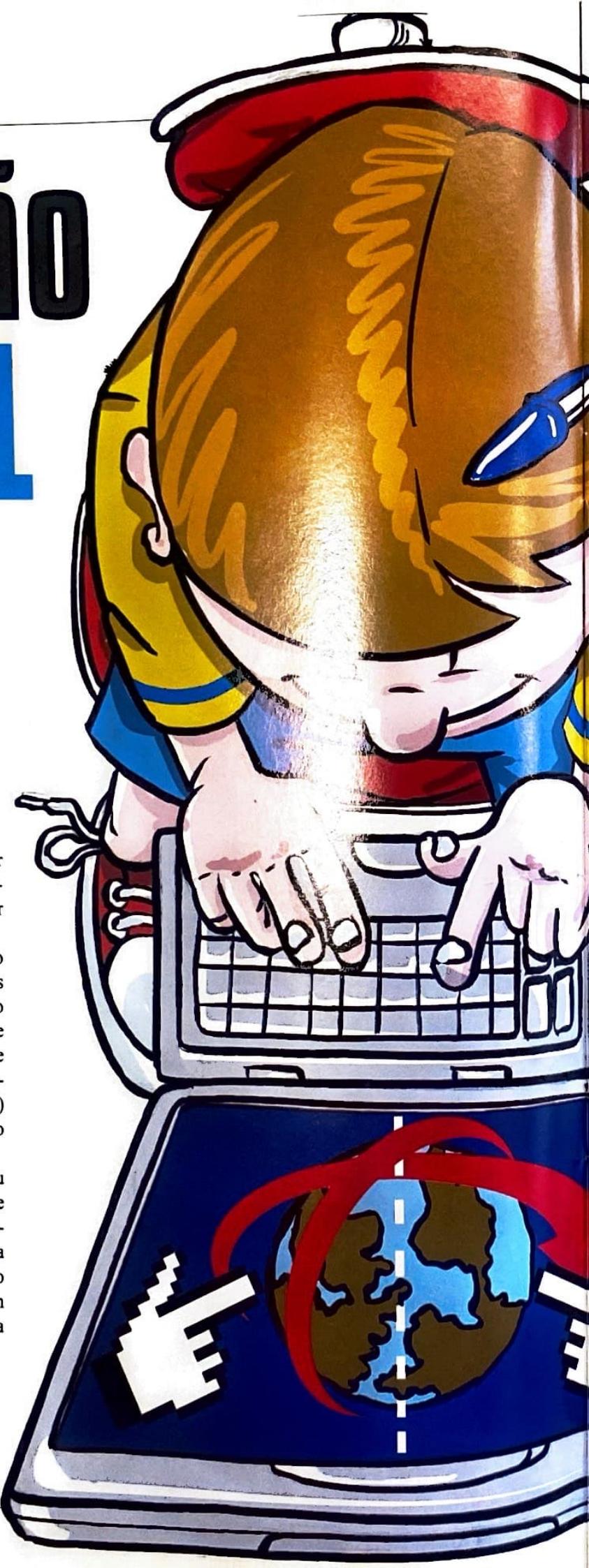
Inclusão DIGITAL

Ministério da Educação faz análise positiva sobre projeto-piloto e prevê licitação para implementação do UCA – Um Computador por Aluno

REVOLUCIONAR a educação por meio da inclusão digital. Essa é a proposta do projeto UCA – Um Computador por Aluno, do Ministério da Educação.

No início deste ano, alunos de cinco escolas situadas em estados diferentes receberam os equipamentos para uso pedagógico com acompanhamento de equipes da Fundação Certi (Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras), USP (Universidade de São Paulo) e Cenpra (Centro de Pesquisas Renato Archer).

O Ministério da Educação considerou a análise positiva, o que possibilita que se inicie a primeira licitação do programa ainda em 2007. Essa licitação prevê a compra de 150 mil notebooks que serão distribuídos a crianças matriculadas em escolas públicas – quantidade pequena diante da necessidade.



A entrega desses computadores móveis está unida à capacitação de professores e à implementação de rede sem fio.

A licitação para a compra dos laptops levará em conta as especificações técnicas e também atributos pedagógicos. Poderão participar do processo apenas empresas brasileiras, mas os modelos poderão ser importados. As 150 mil unidades, no entanto, chegarão às mãos de apenas 0,4 % dos alunos. Três modelos de laptops estão sendo testados por alunos de cinco escolas brasileiras: 275 aparelhos XO, da OLPC, estão sendo testados pela Escola Estadual Luciana de Abreu, de Porto Alegre (RS), e, a mesma quantidade, pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Ernani Silva Bruno, de São Paulo. O CIEP Profa. Rosa Conceição Guedes, Distrito de Arosal, de Piraí (RJ) e o Colégio Estadual Dom Alano Marie Du Noday, de Palmas (TO), estão testando o Classmate/PC, da Intel, 400 aparelhos por escola. Os últimos 40 equipamentos, Móbiles, da Encore, estão no Distrito Federal, no Centro de Ensino Fundamental N° 1 do Planalto, localizado na Vila Planalto. Segundo Flora Daemonm, coordenado geral de Comunicação Social da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, os 150 mil laptops serão distribuídos da seguinte forma:

- 300 escolas receberão os laptops;
- Cinco escolas serão escolhidas por Estado, sendo uma delas obrigatoriamente rural;
- Cinco outras escolas serão escolhidas pelos representantes estaduais da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação);
- Cinco municípios, com até 3 mil alunos e professores, também serão escolhidos pelo Ministério da Educação e pela presidência da República. Nesses municípios, todas as escolas públicas receberão laptops. Será escolhida uma escola por região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste). Cada escola contemplada receberá computadores suficientes para alunos e professores, então o número de computadores por escola é variável. •

OPINIÃO DO ESPECIALISTA

O uso do computador individual pode sim melhorar a qualidade do ensino, porém é apenas uma parte do processo no qual devem estar inseridos também o professor e aprendizes: "O computador sozinho não resolve nada, tudo depende da relação que estabelecemos com ele, da forma como o usamos, assim como ocorre com outros objetos, tais como o lápis, o livro e a calculadora. O computador é uma mídia com qualidades próprias, algumas singulares, que para ser inserido no ambiente de ensino e aprendizagem requer preparação dos docentes a fim de se obter bons resultados. Se não vier acompanhado disso, pode até trazer consequências negativas", explica Marcus Vinícius Maltempi, pesquisador do Grupo de Pesquisa em Informática, outras Mídias e Educação Matemática da Unesp. "As possibilidades que o computador nos oferece com simulação, pesquisa, comunicação, autoria e diversão, podem contribuir significativamente para a melhoria do nível de aprendizado", afirma.

Segundo Maltempi, considerando o ambiente escolar, a favor do uso individual estão o acesso/uso efetivo da tecnologia por todos os alunos, a autonomia/responsabilidade dos alunos ao terem "posse" de um objeto socialmente valorizado e a possibilidade do professor realizar trabalhos individuais com os alunos, o que pode ser importante em alguns casos. Contra ao uso

individual pesa o desestímulo à colaboração e ao trabalho em equipe, tão importantes atualmente: "No entanto, o trabalho planejado do professor pode, com certa facilidade, superar as desvantagens apresentadas. Mas certamente é mais difícil planejar quando não há recursos disponíveis que atendam a todos", diz. Em São Paulo, o estudo é realizado pelos pesquisadores do LSI (Laboratório de Sistemas Integráveis) da Escola Politécnica da USP. Desde o início do ano o grupo mantém projeto-piloto com os alunos e professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental (Emef) Ernani Silva Bruno, em Parada de Taipas.

O uso do computador começou em agosto e já tem provocado mudanças no comportamento dos estudantes e dos professores. Segundo a professora Roseli de Deus Lopes, do Laboratório de Sistemas Integráveis (LSI) da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), e coordenadora dos testes na escola, o número de faltas diminuiu e o diálogo entre os alunos e os professores melhorou consideravelmente. Por enquanto, como há 200 máquinas para cerca de 1.200 estudantes, o uso dos computadores tem de ser compartilhado entre as várias salas. A montagem e desmontagem dos equipamentos fica por conta de uma comissão de monitores, formada pelos próprios alunos. (DT)

Saúde na rede

Sistemas de informatização levam segurança, modernidade e conforto às unidades de saúde dos municípios paulistas

AS PREFEITURAS municipais entendem a área da saúde como um dos principais pilares da administração pública. Dessa forma, dispensar cuidados especiais a esse setor é sempre fundamental para assegurar a qualidade do atendimento aos cidadãos. Pensando nisso, cidades paulistas investem na modernização de suas unidades de saúde, com sistemas de informatização.

A pequena cidade de Taboão da Serra, localizada na região Sudoeste da grande São Paulo, vê a implementação da TI na rede municipal de saúde como fator imprescindível para assegurar a melhoria contínua e transparência do sistema aos usuários.

A secretaria municipal de Saúde, Jacira Moretti, conta que a cidade vem investindo no Sistema de Informatização e Regulação (Sisreg) de forma gradual, de maneira que o projeto pode ser estimado em aproximadamente R\$ 500 mil ao ano. A ação foi viabilizada graças à determinação e vontade política do prefeito Evílasio Cavalcante Farias, que reconhece na TI uma importante aliada. A iniciativa conta com a parceria do Ministério da Saúde e da empresa Next, com dois softwares que se interagem e se completam que são o SISREG III para o módulo de Regulação e o Next, como sistema integrado de gestão.

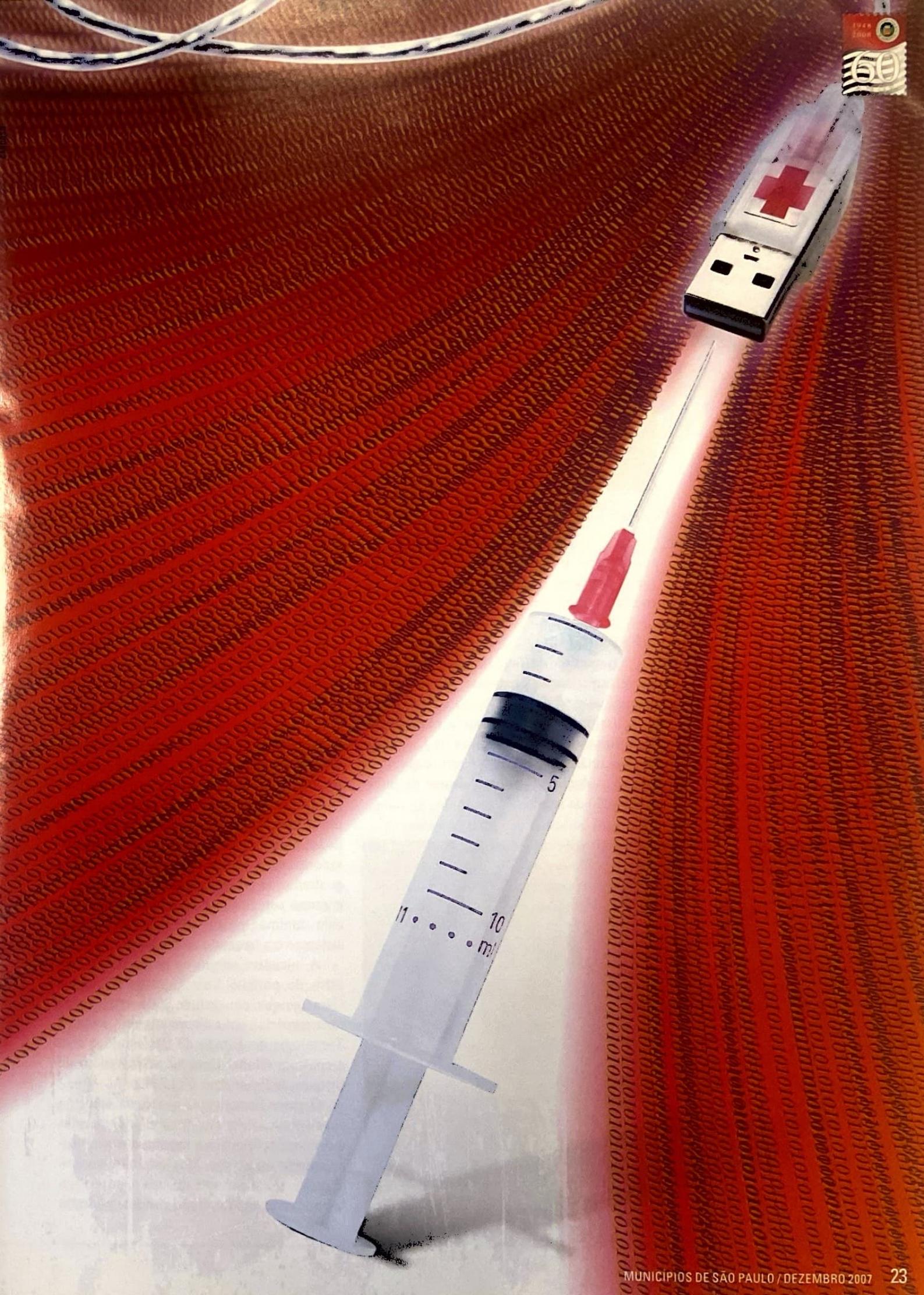
O sistema funciona de maneira integrada, a partir de um banco de dados do cartão SUS. Assim, é possível registrar os serviços,

profissionais, oferta de consultas e exames, requisições, compras, armazenamento de materiais, dispensa de medicamentos, entre tantos outros recursos oferecidos por ele. Além disso, o Sisreg funciona como um importante banco de dados do perfil epidemiológico, que orienta as ações de saúde do município, tanto do ponto de vista técnico quanto administrativo, facilitando, assim, o direcionamento dos investimentos.

A população de Taboão da Serra que utiliza o SUS foi cadastrada e a rede já conta com mais de 140 mil cartões magnéticos-SUS distribuídos para os usuários. Estima-se que ainda sejam emitidos mais 50 mil novos cartões. Muito desse novo documento de identificação, o município é atendido nas Unidades Básicas de Saúde municipais nos serviços de pronto-atendimento, agendamento e atendimento de consultas e exames, vacinas, dispensa de medicação, entre outros benefícios.

A secretaria acredita que houve uma melhora incontestável no setor da saúde. "Isso por fatores preponderantes, como a organização da rede de serviços e o monitoramento de seu desempenho praticamente em tempo real, via web", comenta.

"O novo sistema de informatização agilizou a marcação de consultas e exames especializados, diminuindo muito o tempo de espera dos pacientes que, após as consul-





PREFEITO EVILÁSIO CAVALCANTE FARIAS, TABOÃO DA SERRA, RECONHECE NA TI UMA IMPORTANTE ALIADA, POR ISSO IMPLANTOU UM SISTEMA QUE FUNCIONA DE MANEIRA INTEGRADA, A PARTIR DE UM BANCO DE DADOS DO CARTÃO SUS

tas clínicas, já saem com os procedimentos marcados sem nenhuma burocracia", comentou o prefeito.

INFORMATIZAÇÃO

O município de Tatuí instituiu uma equipe de informatização composta pelo secretário municipal de Saúde, Júlio Inácio Vila Nova, e profissionais da área da saúde, planejamento, informática, representantes da DataHealth e secretaria. Esse grupo é responsável por tomar as decisões cabíveis dentro da informatização da saúde.

TECNOLOGIA VEM SENDO BASTANTE UTILIZADA PARA MELHORAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO, PRINCIPALMENTE NA SAÚDE



A equipe lamenta que antes da implementação do sistema DataHealth, as UBSs da cidade possuíam problemas comuns nas unidades de saúde pública de todo o País, mas que são grandes geradores de dificuldades administrativas e comprometedores da qualidade dos serviços, como a quantidade de documentos e prontuários arquivados em prateleiras, o que aumenta o custo e permite degradação do material; falta de dados epidemiológicos e sanitários; dificuldades para execução de levantamentos dos dados para auditorias; duplicidade de matrículas, que dificulta tratamento adequado; deficiência de informações; consumo de tempo dos servidores, entre tantos outros empecilhos encontrados no setor. Por todos esses motivos, o grupo acredita que os investimentos têm sido mínimos perante os benefícios que o sistema vem trazendo ao município.

A iniciativa surgiu de uma vontade política do prefeito Luiz Gonzaga Vieira de Camargo que, em abril de 2005, estabeleceu uma parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo e com a empresa Global Data, desenvolvedora do Sistema de Prontuário Eletrônico.

O grupo lamenta que o setor da saúde no Brasil possua inúmeros vocabulários, tabelas e denominações para a mesma doença, procedimento ou exame. Mas em Tatuí essa realidade vai ser bastante diferente, pois o sistema trouxe uma inovação que integra todas

essas variáveis, padronizando o roteiro de consultas. Outro ponto relevante da iniciativa no município é o uso da biometria digital para acesso ao prontuário eletrônico, sem riscos de falsa identificação ou problemas com extravio de cartões. Mais uma questão resolvida foi a cobertura vacinal que, com o sistema globaliza as informações entre as várias UBSs. "Há médio prazo ocorrerá a integração da saúde e setor de educação para a fiscalização da cobertura vacinal das crianças em creches e escolas", explica.

O sistema oferece funcionalidades como cadastro único; armazenamento de dados centralizado; níveis e controle de acesso; agenda e prontuário eletrônico. Este último possui diversas seções, que auxiliam e complementam o atendimento médico, como base de dados do CID, tabelas de exames, medicamentos, alergias, fórmulas, imagens, cartas-modelo e questionários.

A equipe de informatização garante que o DataHealth é de fácil operação, uma vez que utiliza qualquer navegador, apresenta visualização simplificada e intuitiva de suas pastas e não impõe dificuldades às pessoas que já tenham tido a oportunidade de utilizar quaisquer aplicativos similares.

A prefeitura de Itapetininga, notando a necessidade de agilizar e melhorar o atendimento à população, trabalha desde o início de 2006 no processo de informatização da saúde municipal.

O plano de ação para esse projeto foi dividido em três fases. Na primeira delas, aconteceu a implantação dos serviços de prontuário e agendamento eletrônicos e instalados, no mínimo, dois micros em cada unidade de saúde. Na segunda e atual etapa o gestor do posto de saúde passa a contar com ferramentas gerenciais mais completas, como relatórios estatísticos acerca dos atendimentos e perfil dos pacientes, auxiliando-o a planejar novas ações para o local. Tudo isso de forma interligada com o banco de dados da Secretaria Municipal de Saúde. Já na terceira fase, acontecerá a interligação da Central de Medicamentos do Município com as farmácias das UBS, e os médicos e dentistas passarão a contar com o acesso histórico dos pacientes de forma digital. "A previsão é que, nesse estágio, 80% dos serviços dos postos de saúde es-



tejam informatizados", comentou o prefeito Roberto Ramalho.

A administração municipal reformou e adaptou as unidades de saúde para abrigarem o sistema e instalou computadores e impressoras nos locais. Atualmente, as UBSs estão interligadas à Secretaria da Saúde através da internet, mas a idéia é fazer, posteriormente, essa ligação por cabos de fibra óptica, reaproveitando o sistema que será usado nas câmeras de monitoramento da cidade.

O prefeito conta que todos os funcionários ligados à saúde foram devidamente capacitados para utilizar a nova tecnologia. "Nós trabalhamos fortemente para melhorar todos os indicadores na área da saúde e, para isso, investimos na capacitação de profissionais, adquirimos novos equipamentos e, principalmente, estamos fazendo uso da tecnologia para melhor atender as pessoas que utilizam o sistema público de saúde. Essas ações têm por objetivo garantir um atendimento mais eficaz, com economia de recursos", disse.

O projeto foi encaminhado ao Ministério da Saúde para que fosse feita uma análise. Em função do interesse de Itapetininga, a cidade foi escolhida como município-piloto no Estado de São Paulo para a implantação de um novo programa de coleta de dados do SUS, o Gerenciamento de Informação Local (IM).



Cidade vigiada

Municípios investem em tecnologia a favor da segurança

O RITMO de crescimento da violência no Brasil está em queda nas capitais e regiões metropolitanas, mas aumenta principalmente no interior do País. As maiores vítimas dos homicídios são jovens, e entre eles, os mais atingidos são homens e negros. Entre 84 países, o Brasil aparece como o quarto mais violento, estando atrás apenas de Colômbia, Rússia e Venezuela. A média de homicídios de 2004 (27 em 100 mil habitantes) chega a ser até 40 vezes maior do que em países como Inglaterra, França, Alemanha, Áustria, Japão e Egito.

Estes são alguns dos dados divulgados no recente estudo Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, publicado pela Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) e elaborado com base nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, de 1994 a 2004, do Ministério da Saúde (o estudo completo pode ser conferido no site www.oei.org.br). O trabalho também faz um levantamento sobre as mortes em acidentes de trânsito, que apresenta um aumento

de 10,8%, entre 1994 e 2004, sendo a faixa etária mais atingida dos 20 aos 30 anos. Assim como nos homicídios, os homens também são as principais vítimas nesse tipo de acidente.

A responsabilidade por esse quadro de violência é de todos: poder público, setor privado e terceiro setor. Portanto, coibir a violência é um desafio para toda a sociedade. Afinal, um ambiente pacífico tende a favorecer a política, a democracia, a economia, as artes, as ciências e o próprio desenvolvimento dos municípios e, consequentemente, do País.

Muitos municípios já têm desenvolvido um trabalho sério, em parceria com entidades, setor privado e comunidade, para combater esse cenário criminoso. A cidade de Santos é um exemplo disso. Segundo o estudo Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, este é um dos municípios seguro para se viver. Classificado na 707ª posição do ranking nacional das cidades mais violentas, Santos aparece com uma taxa média de 26,3 assassinatos por cada 100 mil moradores. Abaixo, inclusive,

da média nacional de 27 assassinatos a cada 100 mil habitantes. O município encontra-se mais distante ainda da primeira colocada, a pequena Colniza, localizada no interior de Mato Grosso, detentora de uma taxa média de 165,6 homicídios a cada 100 mil pessoas.

COMBATE À VIOLENCIA

Para inibir e combater a violência, em dezembro de 2006, o município de Santos inaugurou o Sistema Informatizado de Monitoramento (SIM), instalado em toda a orla e cujo objetivo principal é auxiliar as polícias na detenção de criminosos foragidos e na redução de crimes por toda a orla.

Das 441 ocorrências registradas de 18 de dezembro de 2006 a 18 de janeiro de 2007, 217 delas se referiam ao uso de entorpecentes. Foram 97 registros relacionados à população de rua, 22 sobre cães soltos na faixa de areia e 20 referentes à prestação de atendimento ao público. "Em apenas um mês, o sistema mostrou cumprir o seu papel na prevenção da criminalidade de forma eficiente, indicando que o Município, por

meio da Secretaria de Segurança, deve continuar investindo em ferramentas tecnológicas e trabalhando em conjunto com as polícias", afirma o prefeito de Santos, João Paulo Tavares Papa.

Atualmente, são 20 câmeras blindadas instaladas em toda orla santista. Com tecnologia de ponta, todas as câmeras possuem alta-resolução de imagem, alcance de uma distância de 600 a 800 metros, giro horizontal a 360 graus e vertical a 180 graus, o que possibilita uma visão geral da faixa de areia, mar, jardins, calçadas e avenida. Além destas, mais quatro câmeras também foram instaladas no Centro Histórico. Além do sistema de monitoramento por câmera, a prefeitura também conta com a eficiência da Unidade Móvel do SIM, que capta imagens em eventos externos e locais de concentração de público, e com o apoio de viaturas por toda a cidade.

Para Renato Penteado Perrenoud, secretário municipal de Segurança de Santos, o projeto do SIM surgiu dentro de um novo conceito de segurança pública associada à tecnologia. "Hoje, toda cidade deve investir em tecnologia como meio de colaborar com o trabalho das polícias. É um sistema muito útil para o combate ao crime", ressalta. Com a ativação da Secretaria Municipal de Segurança, houve uma reestruturação da guarda municipal e a integração das polícias civil e militar.

A tecnologia adquirida e a implantação das câmeras têm colaborado e muito para otimização dos recursos humanos e materiais na prevenção à criminalidade. Hoje, os dados comprovam que já foram evitadas mais de 6 mil ocorrências, algo possível graças ao trabalho desenvolvido em conjunto entre as guardas municipais, os guardiões cidadãos (cidadãos capacitados para o monitoramento do sistema), agentes da Companhia de Engenharia do Tráfego (CET) e policiais militares, que se revezam 24 horas, diante de 18 telas na Central de Monitoramento, e acionam as equipes de rua cada vez que um problema é identificado.

IMAGENS CERTIFICADAS

O Sistema Informatizado de Monitoramento de Santos é integrado à Infovia, uma rede de fibra óptica que transmite em tempo real imagens, sons e dados. Todo o projeto, que demorou 6 meses para ser implantado, contou com um investimento na ordem de R\$ 2 milhões, viabilizado por meio de parcerias com o Banco do Brasil, a CPFL e comerciantes e empresários do município. "Até agora, a Prefeitura não gastou um centavo da verba pública com essa iniciativa", ressalta Perrenoud, que acrescenta: "A Prefeitura entra com a

ça, Renato Perrenoud, explica que o dispositivo anti-fraude representa um grande avanço no combate à criminalidade, sendo que Santos é o único município da Baixada Santista que o utiliza. "Como não há a possibilidade de edição das imagens, os infratores ficam impedidos de alegar que houve montagem. Muitas vezes, a câmera registra a ocorrência, mas antes da abordagem policial, o autor consegue se livrar da prova, que pode ser uma arma ou drogas. Com a seqüência de imagens gravadas, é possível comprovar o ato ilícito, caracterizando o flagrante", conta.

CEMITÉRIOS SEGUROS

São José dos Campos é outro município que investiu em tecnologia para o aumento da segurança dos municípios. Em janeiro, deu início à instalação de câmeras de monitoramento nos três maiores cemitérios da cidade: Rodolfo Komorék, no Centro; Maria Peregrina, em Santana; e Colônia Paraíso, no Jardim Morumbi – considerado o maior do município. O objetivo da ação é garantir a segurança dos visitantes, inibir atos de vandalismo e coibir furtos nos jazidos.

De acordo com a assessoria de imprensa de São José dos Campos, todo o monitoramento será realizado por meio de um circuito fechado de televisão. No total, são 14 câmeras que contam, inclusive, com sistema que permite a visão noturna e zoom, além de cerca elétrica em toda a extensão dos cemitérios. O monitoramento das câmeras é realizado pela administração dos cemitérios e pelo Centro de Operações Integradas (COI), de São José dos Campos.

A instalação dos equipamentos de segurança tem agradado aos municípios. "Acredito que agora, com as câmeras, teremos mais segurança em vir aos cemitérios. Além disso, os jazigos não devem mais sofrer furtos, pois os vândalos pensarão duas vezes antes de agir", afirma a moradora de São José dos Campos, Margarida Liesaki, que possui parentes sepultados no Cemitério Rodolfo Komorék. (SM) *



O SISTEMA INFORMATIZADO DE MONITORAMENTO DE SANTOS É INTEGRADO À INFOVIA, UMA REDE DE FIBRA ÓPTICA QUE TRANSMITE EM TEMPO REAL IMAGENS, SONS E DADOS

operacionalização do sistema".

A expectativa do município é extremamente positiva com a ação, tanto que há planos de ampliação do SIM. "Nossa proposta é implantar mais 200 câmeras por toda a cidade, instaladas em todos os bairros, entradas e saídas do município e pontos estratégicos de deslocamento", afirma.

O grande diferencial dessa tecnologia utilizada pelo município de Santos é a tecnologia do programa utilizado na gravação, que ganha imagem com marca d'água à prova de fraudes. Isso garante a autenticidade das imagens por meio de um certificador, impedindo eventuais cortes, montagens e edições, o que colabora para a utilização das imagens como provas em processos criminais.

O secretário municipal de Seguran-

Gestão Conectada

Prefeituras municipais apostam na tecnologia para promover melhor gestão e qualidade de atendimento

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) vem, ao longo dos anos, se estabelecendo como ferramenta fundamental para a promoção de administrações eficientes, eficazes e efetivas. E os gestores públicos, cientes da necessidade de se adequar às novas tecnologias, promovem importantes ações de informatização em seus municípios. O resultado esperado por eles aparece na forma de simplificação de processos, racionalização de custos, integração de sistemas e compartilhamento de dados, o que auxilia para a tomada de decisões estratégicas, além de proporcionar o aumento da qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos.

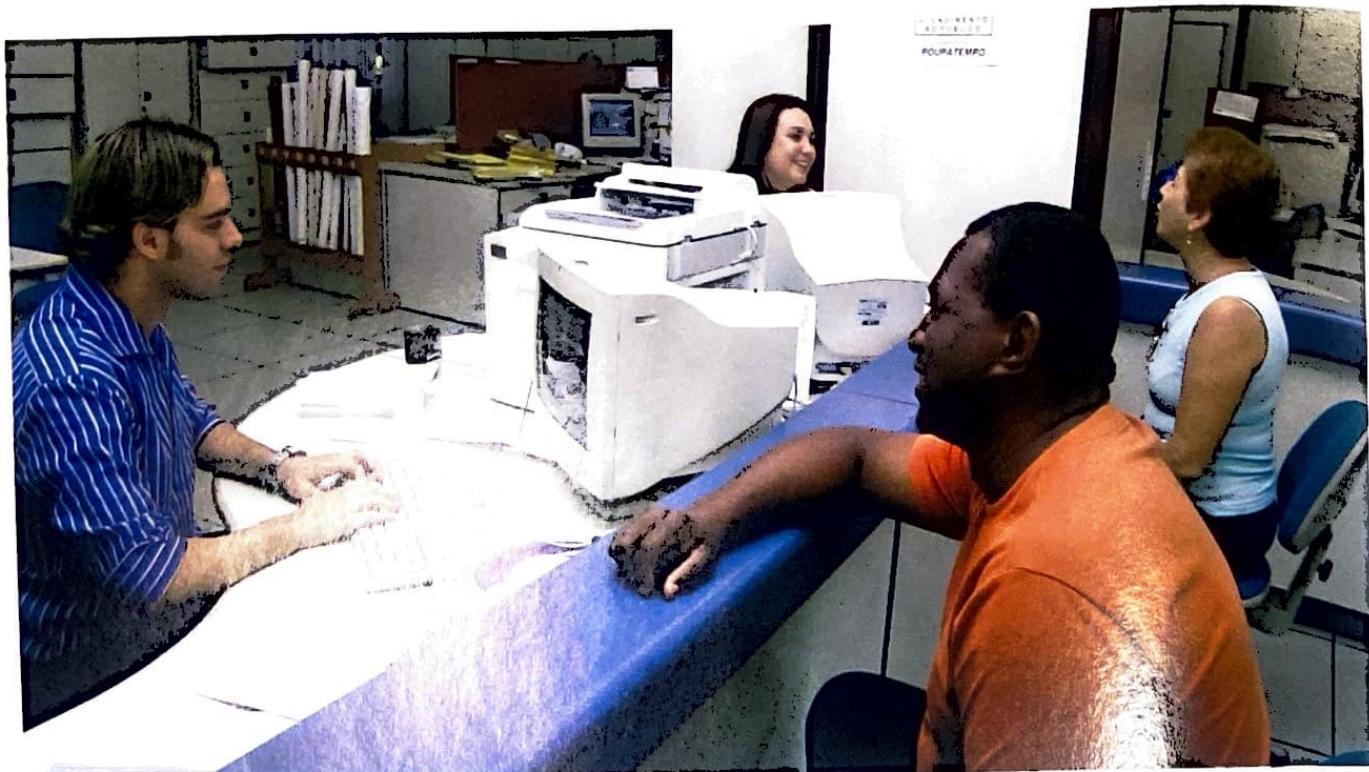
A cidade de Bauru se utiliza das ferramentas oferecidas pela TIC e entende que o uso da tecnologia para disponibilizar a informação aos gestores públicos e possibilitar o acesso a sistemas informatizados para o cidadão é o maior aliado para a inclusão social e digital, além de ser um importante instrumento

contra a corrupção. A transparência de ações governamentais é possível com o uso e disseminação de tecnologia. “A implementação de políticas na área de informática na prefeitura só foi possível através do engajamento dos envolvidos no processo e, principalmente, pela vontade política em realizá-los tais processos, por parte do executivo”, afirmou o diretor de Departamento da Coordenadoria de TIC de Bauru, David José Françoso.

Os investimentos na área de TIC no município foram de aproximadamente R\$ 3 milhões, entre 2005 e 2007. Com eles, inúmeros projetos foram desenvolvidos e estão em operação na cidade. Dentre os quais, a implantação do Sistema de Gestão Pública, que envolve as áreas de Tributação, Saúde, Educação e Assistência Social; a criação do DataCenter municipal, que possibilita a efetiva disponibilização da informação e acesso aos sistemas de gestão pública nos mais variados segmentos; e da Rede Metropolitana



60



A fonte de recursos tecnológicos é ampla e, se bem utilizados, podem gerar um equilíbrio entre os anseios da comunidade e as políticas públicas dos governantes

de Dados, com a interligação de mais de 80 locais, através da utilização de fibra ótica e rádio. Além disso, a implantação do projeto de educação com o emprego da informática nas escolas de ensino fundamental; a execução de projetos de rede interna para todas as unidades administrativas; do sistema de Workflow (projeto-piloto na Saúde); do controle de ponto eletrônico com uso da biometria, que alcançará cerca de 5 mil funcionários e a utilização do Pregão Eletrônico para 95% das compras públicas realizadas.

Françoso destaca, ainda, a qualidade do website municipal com foco em e-Gov que, avaliado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ocupou o 4º lugar no Estado de São Paulo e 8º no cenário nacional no que diz respeito ao conteúdo e à integração com o cidadão. E lembra que, para 2008, existem projetos em desenvolvimento, que irão abranger as questões de capacitação de pessoal, segurança da rede, implantação de VoIP e a interligação de novos prédios públicos, alcançando um total de 150 unidades beneficiadas.

O diretor de departamento cita como bom exemplo de utilização das ferramentas de TI o sistema de gestão implantado na saúde, que interliga todas as unidades e

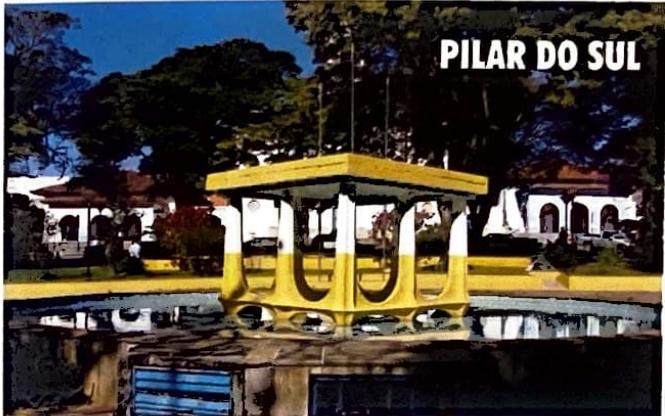
oferece recursos como o controle centralizado de medicamentos, prontuário de pacientes e atendimentos informatizado dentro dos núcleos. “A fácil visualização o que a informática traz a uma gestão que busca o bem-estar do cidadão, pode conseguir nos dias de hoje”, salienta.

Ele conta que não houve nenhum problema significativo durante a implantação do sistema no município, pois sempre que se inicia um projeto de informatização é necessário estudar a tecnologia que o envolve. “Daí em diante, é só seguir as boas práticas e conduzi-lo”, diz. Dessa forma, acredita que os benefícios originados pela ação de informatização – como transparência na gestão pública, qualidade nos serviços prestados e acesso à informação –, conseguem atingir não só os servidores municipais, mas também toda a comunidade local. E declara: “Enquanto cidadão vejo como positiva todas as ações realizadas até agora. Como homem público, espero poder dar continuidade ao processo que não se esgota. A fonte de recursos tecnológicos é ampla e, se bem utilizados, podem gerar um equilíbrio entre os anseios da comunidade e as políticas públicas dos governantes”. (IM) •

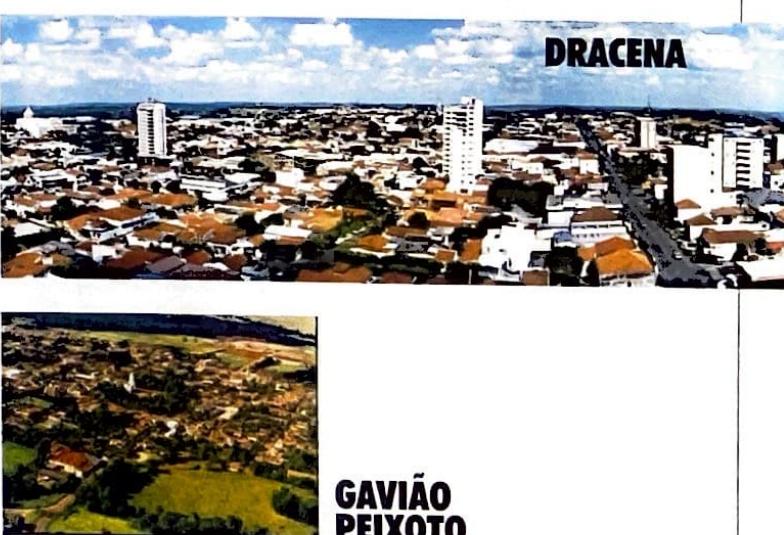
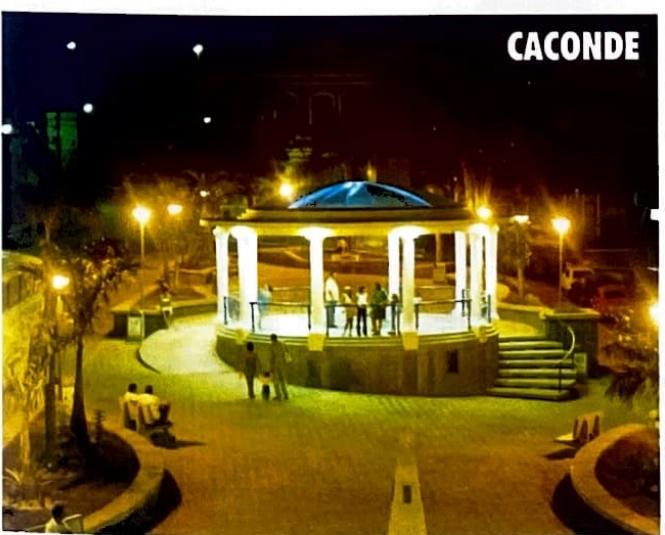


ANIVERSARIANTES

Novembro



Dezembro



Município DIGITAL

Lençóis Paulista investe em tecnologia para garantir transparência em sua gestão e serviços de qualidade à população



“TORNAR LENÇÓIS PAULISTA cada vez melhor, promovendo a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.” Esta é a missão que o município de Lençóis Paulista tem alcançado gradativamente com seu Programa para a Governação na Administração Municipal (ProGAM). O projeto foi concebido para transformar a cidade em um município digital, prevendo o uso da tecnologia da informação como ferramenta de gestão e para a inclusão da população no mundo digital.

Criado em 2003, o ProGAM recebeu investimento de R\$ 1,1 milhão para sua estruturação tecnológica, sistema de gestão municipal integrado com geoprocessamento e programa de capacitação dos servidores públicos municipais. Desse total, 90% foi financiado com recursos provenientes do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT).

Para Luiz Antonio Paccola Coneglian, diretor de Planejamento da Prefeitura de Lençóis Paulista, essa tecnologia serve como uma ferramenta de auxílio para a administração municipal racionalizar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, eliminar desperdícios, ter informações em tempo real e dar transparência à utilização dos recursos públicos. “Ela colabora para a aquisição de eficiência e eficácia das ações do governo, manutenção da capacidade de investimento do município, excelência nos serviços prestados à população e para a busca de respostas à demanda social crescente”, afirma.

INTEGRAÇÃO VIRTUAL

O ProGAM possui uma base geodestral única, que envolve cadastros físico-territorial (terrenos), social (pessoas) e econômico (empresas). Assim, o cadastro multifinalitário está apoiado por um Sistema de Informações Geográficas (SIG), possibilitando que toda ação, movimentação ou dado esteja vinculado a uma localização geográfica, espacialmente referenciada no mapa do município.

Todo o projeto foi estruturado em quatro etapas. A primeira foi possibilitar o contato direto das crianças da rede municipal de ensino com o mundo digital, por meio do uso da informática. Hoje, cerca de 8 mil alunos possuem acesso à internet nas salas de informática instaladas em toda as escolas de ensino fundamental do município. O objetivo da administração de Lençóis Paulista com essa ação foi de possibilitar a utilização do computador como ferramenta pedagógica desses jovens.

O segundo passo foi montar a Prefeitura e suas unidades com toda a infra-estrutura tecnológica adquirida, além de treinar os funcionários para o uso dos equipamentos. A terceira etapa, em fase de estruturação, prevê a disponibilização do sistema da prefeitura para o acesso da população e das empresas.

A última fase, ainda em projeto, propõe a inclusão digital da população. No entanto, o desenvolvimento desta etapa depende de o município conseguir recursos, na ordem de R\$ 1,5 milhão, para colocá-la em prática. A prefeitura de Lençóis Paulista pre-



DIRETORIA DE SAÚDE TERÁ
CONDIÇÕES DE MONITORAR A
VACINAÇÃO E A INCIDÊNCIA DE
CADA DOENÇA POR BAIRRO

tende oferecer à população acesso à internet, com o objetivo único de colocar toda a cidade interligada por meio de uma rede.

TECNOLOGIA EM PRÁTICA

O município de Lençóis Paulista já conta com o sistema de base cadastral em operação nas áreas da Saúde, Educação, Assistência Social e de Planejamento Urbano. "Estamos substituindo, atualmente, nosso sistema tributário, integrando ainda mais este processo aos demais", conta Coneglian.

O projeto tem previsão para ser concluído no próximo ano, 2008, mas, para o diretor de Planejamento da Prefeitura, as melhorias e o desenvolvimento de novos processos devem continuar por muito tempo. "O ProGAM trouxe inúmeros benefícios ao município. De ordem financeira, pode ser mencionado a redução de gastos, com a utilização mais racional dos recursos disponíveis, além da melhoria da arrecadação resultante da atualização e manutenção da base dos cadastros mobiliário e imobiliário", analisa.

Na área de Saúde, todos os agendamentos de consulta e transporte já são on-line, além da pré-consulta feita pelas enfermeiras. A expectativa é de que, em breve, os médicos realizem as anotações em prontuários on-line, de modo que a receita médica seja enviada diretamente à farmácia da unidade, dando baixa ao medicamento no estoque. Assim, o paciente receberá apenas a quantidade de remédios prescrita pelo médico, evitando sobre e promovendo um controle efetivo da distribuição.

Com a entrega do cartão cidadão, a ser concluída em janeiro de 2008, a Diretoria de Saúde terá condições de monitorar a vacinação e a incidência de cada doença por bairro. Além disso, no âmbito da Assistência Social, será possível mapear as necessidades específicas da população, sabendo quantos são, onde estão e o tipo de atendimento que precisam.

Já na área de Educação, todas as escolas municipais estão interligadas em rede, sendo possível acompanhar a rotina escolar em tempo real, como notas, rendimento em cada área, freqüência de alunos e professores. Procedimentos que antes dependiam de papel transitando entre escolas, como transferência de alunos, agora são feitos na hora, por meio do computador. Segundo Coneglian, a expectativa é de que, em breve, os pais tenham acesso ao sistema para conferir notas e freqüências dos filhos.

De acordo com o prefeito de Lençóis Paulista José Antonio Marise, hoje a Prefeitura é outra. "Com a experiência de Lençóis Paulista, posso dizer que o município que ainda não investiu nesse tipo de tecnologia, precisa correr. É um caminho obrigatório e sem volta. Em pouco tempo não será mais possível uma prefeitura existir sem um projeto sério de tecnologia da informação", analisa. (SM) *



PREFEITO DE LENÇÓIS PAULISTA, JOSÉ ANTONIO MARISE: EM POUCO TEMPO NÃO SERÁ MAIS POSSÍVEL UMA PREFEITURA EXISTIR SEM UM PROJETO SÉRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



TODOS OS AGENDAMENTOS DE CONSULTA E TRANSPORTE JÁ SÃO ON-LINE, ALÉM DA PRÉ-CONSULTA FEITA PELAS ENFERMEIRAS

2007 - um ano

Marcos Monti, presidente da APM, fala sobre as conquistas do ano, mas enfatiza a necessidade de fortalecimento para a Reforma Tributária



O ANO DE 2007 foi de muitas ações, a começar pela implementação de três novas legislações que afetaram diretamente o dia a dia dos municípios: Lei do Saneamento, FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Para que essas implementações se desenvolvessem de forma adequada e não deixasse dúvidas aos municípios, a APM realizou uma série de cursos e seminários por todas as regiões do Estado de São Paulo, com o objetivo de informar aos gestores públicos sobre os principais reflexos dessas novas legislações nos municípios. Além disso, foram realizados o 51º CEM (Congresso Estadual de Municípios), no município de Campos do Jordão, e o 8º CBTIM (Congresso Brasileiro de Tecnologia da Informação), no município

de São Paulo: "Os resultados foram surpreendentes, muitos municípios adequaram-se às novas legislações. Além disso, as participações nos Congressos foram de muito aprendizado e troca de informações", conta Monti. "No primeiro tivemos a participação de 4.300 congressistas e no segundo 1.425. Montamos uma grade de programação com assuntos bastante interessantes e importantes e, no CEM, foram apresentadas teses, proposturas e indicações que foram prontamente encaminhadas aos órgãos competentes para as devidas providências", explica.

A maior conquista da APM em 2007 foi a aprovação, pelo Congresso Nacional, do aumento de 1% no FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Esta foi uma luta de cinco anos da Confederação Nacional de Municípios que sempre contou com o apoio da APM: "Com essa conquista os municípios brasilei-

de realizações

NOVAS INSTALAÇÕES DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

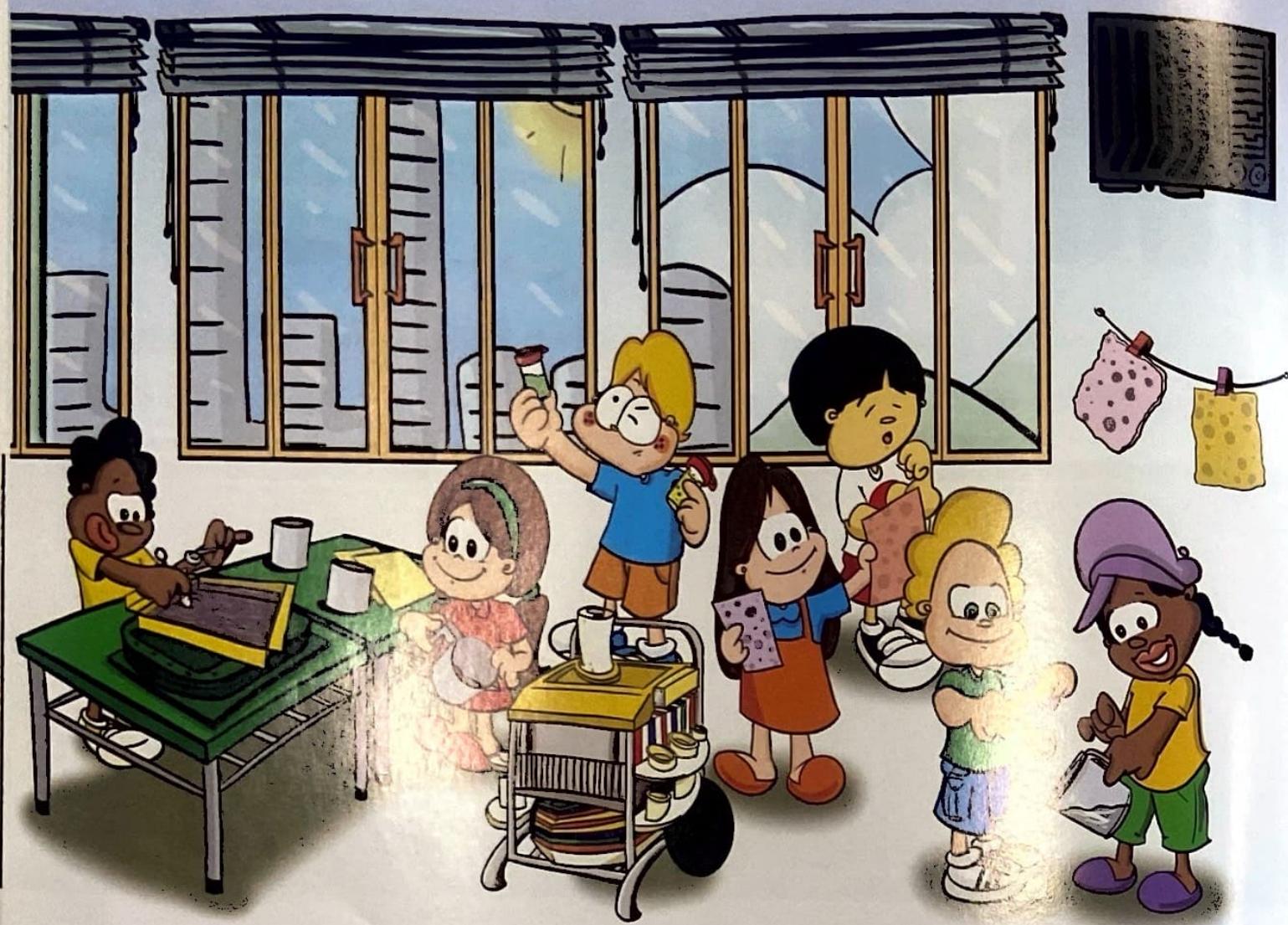


ros terão, a partir deste ano, um incremento de receita de 500 milhões, e, a partir de 2008, será mais de 1,6 bilhão”, afirma o presidente.

Absolutamente, 2007 foi um ano de muitas conquistas, mas deve-se enfatizar a importância da unidade do movimento municipalista. Associados a APM são todos os municípios do Estado de São Paulo, pois todos, sem exceção, são representados pela associação. Porém, não são todos que contribuem para com a entidade: “Estamos trabalhando para que todos participem mais efetivamente de nossas ações, visando o fortalecimento dos municípios paulistas. Temos que lutar por uma justa divisão do bolo tributário, não é possível os municípios ficarem com apenas 17% de tudo que é arrecadado, portanto precisamos nos fortalecer para Reforma Tributária, que com certeza será a principal pauta de 2008”, enfatiza Monti.

DE CASA NOVA

Até o início do ano de 2007, a Entidade atendia em uma sede pertencente ao Governo do Estado de São Paulo, que solicitou as dependências para a Secretaria da Educação. A partir daí, a APM passou a procurar por outro local que acomodasse da melhor forma a nova sede: “Optamos por ficar no centro da cidade. Encontramos um prédio que atendia às nossas necessidades e prontamente mudamos”, conta Marcos Monti. “Acredito ter sido um grande avanço, pois ficar dependente do Estado tira um pouco a legitimidade da entidade. Ela tem que ter a capacidade de viver de forma independente, representando e lutando pelos municípios paulistas. Provamos, mais uma vez, que somos capazes”, finaliza. (DT) •



Educação Ambiental

**Tecnologia Educacional
Inovadora de Reciclagem de Papel,
Selecionada pelo
Ministério da Educação(MEC),
Faz Sucesso em Sala de Aula**



"A máquina é muito inteligente e prática. Todas as escolas deveriam ter acesso ao equipamento que, pela sua utilidade, não tem preço"

Tecnokits concentra atenção de pais e alunos em Mostra de Trabalhos

Escola da Fazenda, no Bairro do Campeche em Florianópolis, colocou a máquina de reciclar papel à disposição da comunidade durante exposição de trabalhos estudantis

A oficina realizada em torno do Tecnokits foi uma das atrações da 8ª Mostra de Trabalhos dos alunos da Escola da Fazenda, no bairro Campeche, no sábado, dia 27 de outubro de 2007. Instalada numa das salas de aula do colégio, a máquina de reciclagem concentrou as atenções de pais, estudantes e visitantes, curiosos por conhecer o equipamento que transforma papel usado em papel novo, num processo rápido, educativo e criativo.

Para a diretora da escola, Karla Simm, o Tecnokits é uma "idéia fantástica, uma ferramenta muito importante para o desenvolvimento de ações de reciclagem", tornando-se um "ganho pedagógico, metodológico e didático para as crianças da Escola da Fazenda" nesta Mostra de 2007.

Conforme Karla, a incorporação da tecnologia pelo colégio significa um interessante avanço para o trabalho de reciclagem. "A máquina é muito inteligente e prática. Todas as escolas deveriam ter acesso ao equipamento que, pela sua utilidade, não tem preço", ressalta.

A Escola da Fazenda desenvolve um trabalho muito incisivo não só quanto à reciclagem, mas também visando à redução do consumo. "Antes de reciclar, é preciso disseminar a idéia do consumo consciente e da reutilização", observa. A questão está presente em vários ambientes e situações cotidianas da escola, inclusive quanto ao lixo orgânico, que é reutilizado como adubo na horta cultivada nos fundos do estabelecimento. "Quanto ao lixo não-orgânico, é aproveitado na própria escola ou encaminhado para a coleta seletiva", acrescenta.

Karla acredita que a criança é um agente multiplicador do aprendizado, atingindo os adultos e mobilizando a família. "Através da criança, podemos atingir os adultos e a comunidade, que é um objetivo mais amplo da educação", explica, lembrando que a escola participa de inúmeras atividades locais, como o Movimento Campeche Qualidade de Vida, o Conselho Municipal de Saúde e o Plano Diretor Participativo.

"Educação voltada para a transformação"

A Mostra de Trabalhos é uma atividade realizada anualmente, sempre no mês de outubro, propondo-se a expor os

projetos realizados em sala de aula durante o ano, grande parte deles seguindo a pedagogia da educação ambiental.

"É uma oportunidade de atrair as famílias para apresentarmos o que acontece na escola. Trata-se de um momento ímpar, que reúne professores e alunos na tarefa de organização para que os pais e a comunidade possam conhecer nossas atividades didáticas", diz a diretora Karla Simm. "O evento é um recorte e dá uma boa idéia de como o trabalho se desenvolve durante o ano", acrescenta.

Além do Tecnokits, instalado numa das salas de aula, onde os alunos e os pais puderam experimentar sua praticidade, a 8ª Mostra de Trabalhos ocupou todos os espaços da Escola da Fazenda, inclusive o pátio interno do recreio, onde ocorreu uma Exposição da Comunidade. No local, foram expostos produtos de artesanato, arte, livros e bolsas produzidas com material reciclado por uma organização não-governamental formada só por estudantes.

Nas salas, os alunos mostraram seus trabalhos, individuais ou coletivos, relacionados às disciplinas do currículo do ensino fundamental, inclusive no laboratório de ciências (quinta à oitava série). Grande parte das tarefas desenvolvidas remete à idéia da educação ambiental e da responsabilidade de cada um pela conservação e recuperação do Planeta.

"Quando fundamos a escola, há 14 anos, nossa intenção era buscar um diferencial", afirma a diretora, "numa perspectiva diferente, voltada para a transformação. Evoluímos muito nesse período, buscamos novas experiências, além da transmissão do conteúdo curricular, que não é suficiente para a formação da cidadania. Ou seja, o aluno precisa compreender o mundo como um todo e a escola não pode estar descolada da sociedade".

Assim, o desafio da educação ambiental se apresentou como uma base para o trabalho pedagógico da Escola da Fazenda, a ponto de o estabelecimento se tornar a única unidade escolar de referência em Santa Catarina, recebendo o selo de Sala Verde do Ministério da Educação. "Nesse contexto, a presença do Tecnokits representou um ganho para nós, porque possibilita uma aplicação ainda mais prática da idéia da sustentabilidade", finaliza Karla Simm.

Alunos da Escola Básica Engenheiro Annes Gualberto, de Braço do Norte, no Sul de Santa Catarina, estão vivendo uma nova experiência em suas vidas. No período oposto às aulas normais, eles participam de oficinas de artes ministradas pela professora Maria Cristina da Silva e Silva, utilizando a máquina de reciclagem de papéis Tecnokits, presente na instituição de ensino público estadual desde o mês de junho deste ano.

Maria Cristina explica que os estudantes estão envolvidos voluntariamente no projeto, porque têm interesse em conhecer o processo de reciclagem de papéis, aproveitando o que produzem para a confecção de cartões, marcadores e como base para pintura com aquarela, por exemplo. Além disso, conforme a professora, eles começam neste mês (outubro) a produzir papéis utilizando os tons de vermelho e verde, para confeccionar cartões de Natal.

As aulas com o Tecnokits acontecem duas vezes por semana, em meio período, com cerca de 15 alunos em cada oficina. "Eles gostam muito dessa vivência", diz a professora, que leciona na escola há três anos, mas tem 22 anos de vida profissional no magistério.

Segundo Maria Cristina, o Tecnokits é um "recurso pedagógico importante, porque acrescenta uma novidade à rotina escolar. Como trabalhamos com alunos diferentes, eles se empenham muito em obter os melhores resultados possíveis da máquina e repassar os conhecimentos para os mais novos, tornando-se verdadeiros agentes da educação ambiental". Ela acredita que, com a incorporação desta ferramenta à escola, mais estudantes devem participar das atividades extracurriculares em 2008. "A idéia é dar continuidade no ano que vem, com a integração de mais alunos e com a produção de novos itens, como embalagens para presentes. Ou seja, não ficaremos focados apenas em cartões e papéis para pintura, abrindo mais as possibilidades criativas, já que a nossa intenção é estimular as artes na escola, através da reutilização de materiais", afirma.

Quanto ao público que está participando, Maria Cristina observa que, depois da chegada do Tecnokits, os meninos passaram a se interessar mais pelas oficinas de artes. "Antes, sem a máquina, as meninas é que tinham mais atração pelas aulas. Com o equipamento, verificamos um estímulo também por parte dos meninos", diz.

"Antes, sem a máquina, as meninas é que tinham mais atração pelas aulas. Com o equipamento, verificamos um estímulo também por parte dos meninos"



Além das turmas de quinta a oitava séries, os alunos da fase anterior (primeira à quarta série) também têm aplicado o Tecnokits em sua vivência escolar. "Eles gostam muito de todo o processo, pedindo para repetir o trabalho", destaca. "É claro que esse interesse vai resultar na multiplicação, a partir de 2008. É possível que tenhamos até mais horários alternativos para trabalhar com os estudantes que se apresentarem para essas aulas", explica.

No início de outubro deste ano, as turmas que já utilizam o Tecnokits fizeram a primeira exposição dos resultados práticos para familiares e para a comunidade. "A reação das pessoas foi muito positiva, ainda mais por se tratar de uma mostra pioneira do que foi feito com eles desde que a máquina chegou à escola", afirma.

A Escola Básica Engenheiro Annes Gualberto está localizada na rua São Basílio, centro de Braço do Norte, cidade que integra o Vale do Braço do Norte, no Sul de Santa Catarina. O município tem quase 25 mil habitantes e se caracteriza economicamente pela produção agrícola e industrial. É considerado "a capital sul-americana da moldura" por causa do grande número de indústrias de porta-retratos e quadros para decoração.

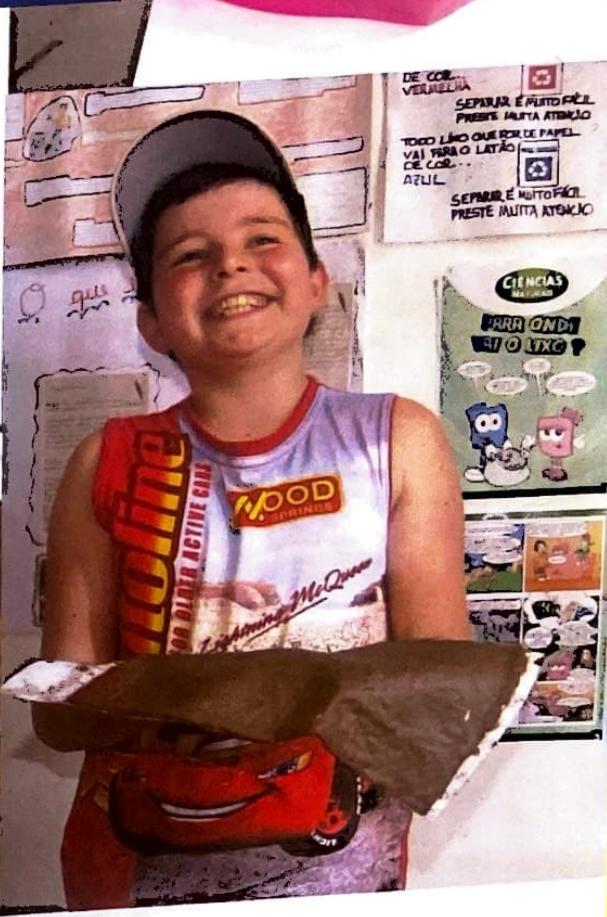
Cerca de mil alunos da comunidade freqüentam as aulas na escola. As oficinas de artes são opcionais e complementares ao ensino normal, ampliando perspectivas para que os alunos desenvolvam atividades voltadas à formação da cidadania.

AVALIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC

O Projeto Tecnokits foi selecionado pelo Ministério da Educação para integrar o Guia de Tecnologias Educacionais, cujo objetivo é oferecer aos sistemas de ensino orientações pedagógicas sobre a aquisição e o uso de tecnologias inovadoras nas escolas brasileiras.

Leia o texto integral do resultado da avaliação no site do Ministério:
http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pre_qualificacao.pdf

Maiores informações sobre o projeto:
(48) 3246 0010
www.tecnokits.com



Ibiúna

Diz um velho ditado ibiunense:
“Quem bebe água da bica, aqui fica”

O MUNICÍPIO da Estância Turística de Ibiúna, localizada na Região Sudeste do Estado de São Paulo, nas Encostas da Serra do Paranapiacaba, distante a 65 km da Capital Paulista, a cidade de Ibiúna tem como principais características o cultivo hortifrutigranjeiro e a aparente calmaria de cidade de interior.

Desde o ano de 1998, a cidade e seus moradores ostentam com orgulho o título de “Estância Turística”, conseguido no mandato de 1997-2000, em que a Câmara Municipal já desempenhava um papel importantíssimo ao lado do então Poder Executivo.

A Estância Turística de Ibiúna tem limites com importantes municípios da região, tais como São Roque, Mairinque e Alumínio (ao Norte); Juquitiba, Miracatu e Tapiraí (ao Sul); Cotia, São Lourenço da Serra (ao Leste); e com Piedade e Votorantim (ao Oeste).

A cidade foi emancipada em 24 de março de 1857, portanto, em 2007 o povo ibiunense comemorou um 150 anos de emancipação político-administrativa, sabe-se que de 1890 a 1895, o Senhor Fortunato Vieira de Camargo foi presidente da Intendência Municipal, que se encerrou no dia 3 de outubro de 1895.

Nos anos 60, um fato ocorrido na cidade de Ibiúna marcou na história da política brasileira, na ocasião em que foi realizado o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna, uma convenção de estudantes, que ocorreu no mês de outubro de 1968.

A história do município começa a tomar um novo rumo com a chegada da Nissin Ajinomoto, gerando novos empregos e trazendo uma esperança de crescimento econômico. Já com a construção de Furnas Centrais Elétricas, muitos operários vieram com a então Empreiteira Tenenge e nunca mais

voltaram para as suas terras de origem.

Diz um velho ditado ibiunense “Quem bebe água da bica aqui fica”.

Neste mesmo período, o povo ibiunense via crescer o alto índice de migração para a Ibiúna, proporcionada pelos “loteamentos” que iniciaram uma nova era para a cidade, inclusive com proprietários ilustres no cenário político nacional, a exemplo de José Serra, José Gregori, Bresser Pereira, Adib Jatene e um presidente da República em dois mandatos, Fernando Henrique Cardoso – sem sombra de dúvidas “um ibiunense de coração”, como declarou em uma edição da Revista Veja, em seu segundo mandato.

A Câmara Municipal de Ibiúna sempre teve um papel muito importante nesse movimento geográfico da cidade, desde a sua fundação muitos valorosos ibiunenses ajudaram a escrever a história, a exemplo do atual presidente da Câmara Municipal, Valdecir Frioli, eleito em dois mandatos, desde janeiro de 2001 até os dias atuais o vereador tem ocupado um lugar de destaque no cenário político ibiunense, fato este que atribui à sua formação familiar: “Sou um privilegiado, desde o meu nascimento até os dias de hoje sempre soube usar da educação que recebi em casa, dos meus pais. A honestidade e honradez fazem parte de minha estrutura familiar.”

E quando se refere à honestidade, o presidente da Câmara a divide também com os seus amigos e companheiros nessa árdua tarefa que é “ver a dor do povo”, como ele costuma dizer.

A Mesa Diretora para o Biênio 2007-2008 é composta da seguinte formação: Valdecir Frioli (PTB) Presidente; Jamil Marciano (DEM) 1º. Vice-Presidente; José Luiz Gonçalves de Souza (PSDB)

2º. Vice-Presidente; Fernando Vieira Branco (PTB) 1º. Secretário; Donizetti Luz Camargo (PDT) 2º. Secretário, formando assim uma verdadeira equipe que trabalham com os demais Vereadores Alexandre Bello de Oliveira (PTB), Charles Guimarães (PRB), Jair Alves da Silva (PRB), Leônio Ribeiro da Costa (PTB) e Paulo Kenji Sasaki (PTB).

A nova casa de leis do povo ibiunense foi inaugurada no dia 24 de Novembro de 2006, na então presidência do Vereador Alexandre Bello de Oliveira e como o vice-presidente o Vereador Valdecir Frioli, homenageando o saudoso Senhor Rubens Xavier de Lima, ilustre morador ibiunense, que em vida sempre atuou na política local.

O novo prédio recebeu uma estrutura bem modernizada para facilitar o atendimento e principalmente para atender uma solicitação antiga dos nobres Vereadores que punham em pauta a necessidade de uma sala para que pudesse atender os seus eleitores e receber a autoridade visitante com mais conforto.

Hoje todas as salas estão informatizadas, podendo inclusive atender via “rede mundial”, o município tem muitas pessoas que trabalham fora da cidade, e que hoje podem acompanhar o movimento da Câmara através da Internet, bem como dar sugestões e fazer reclamações diretas a cada um de seus vereadores.

A Câmara através de seus representantes tem participado ativamente do processo de crescimento do município, elevando cada vez mais o nome da Estância Turística de Ibiúna. *

Rua: Maurício Barbosa Tavares Elias,
314 Ibiúna – SP - CEP 18.150-000.
Tel.: (15) 3241-1266/3248-7228
www.camaraibiuna.sp.gov.br

O TSE e a fidelidade Partidária

Por Rafael de Almeida Ribeiro

O PARTIDO DA FRENTE Liberal (PFL) hoje DEM, indagou o Tribunal Superior Eleitoral através de uma consulta (Cta. n. 1.398/DF), sobre fidelidade partidária com o seguinte teor: "Considerando o teor do artigo 108 da Lei n. 4.737/65 (Código Eleitoral), que estabelece que a eleição dos candidatos a cargos proporcionais é resultado do quociente eleitoral apurado entre os diversos partidos e coligações envolvidos no certame democrático.

Considerado que é condição constitucional de elegibilidade a filiação partidária,posta para indicar ao eleitor o vínculo político e ideológico dos candidatos.

Considerando ainda que, também o cálculo das médias, é decorrente do resultado dos votos válidos atribuídos aos partidos e coligações.

INDAGA-SE:

Os partidos e coligações têm o direito de preservar a vaga obtida pelo sistema eleitoral proporcional, quando houver pedido de cancelamento de filiação ou de transferência do candidato eleito por um partido para outra legenda?"

De referida consulta, respondida afirmativamente pela maioria dos Ministros que compõem o TSE, gerou-se a Resolução n. 22.526, de 27 de março de 2007, divulgada de forma abrangente pela imprensa nacional, fazendo com que vários partidos, através de seus diretórios municipais e estaduais pudessem as vagas perdidas por vereadores e deputados que trocaram de legenda após as eleições.

Através de uma interpretação das normas constitucionais, levando em consideração a primazia dos princípios constitucionais sobre outras questões de ordem pessoal e subjetiva, pode-se afirmar que o mandato pertence ao partido político que elegeu o parlamentar e não o contrário, como se patrimônio privado de um indivíduo fosse, podendo ele dispor da

forma como melhor lhe aprovasse.

De acordo com o Ministro César Asfor Rocha, parece claro que o vínculo do candidato a um determinado partido, "é o mais forte, se não o único, elemento de sua identidade política, podendo ser afirmado que o candidato não existe fora do partido e nenhuma candidatura é possível fora de uma bandeira partidária".

Citando mais uma vez o brilhante voto do Min. César Asfor Rocha, relator da consulta formulada: "Ao meu sentir, o mandato parlamentar pertence, realmente, ao Partido Político, pois é à sua legenda que são atribuídos os votos dos eleitores, devendo-se entender como indevida (e mesmo ilegítima) a afirmação de que o mandato pertence ao eleito, inclusive porque toda a condução ideológica, estratégica, propagandística e financeira é encargo do Partido Político, sob a vigilância da Justiça Eleitoral, à qual deve prestar contas (art. 17, III da CF)."

Como referida resolução não tinha eficácia plena, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei complementar n. 35/07 regulando a conduta do parlamentar infiel informando que é inelegível o parlamentar (incluído cargos do Executivo) que tenham alterado sua filiação partidária fora do período de 30 (trinta) dias imediatamente anteriores ao término do prazo de filiação que possibilite a candidatura, para os 4 (quatro) anos subsequentes ao término de seus respectivos mandatos.

O projeto de lei aguarda aprovação no Senado Federal para entrar em vigor no ordenamento jurídico, razão pela qual devemos aguardar novas interpretações da lei que certamente será questionada no Supremo Tribunal Federal, que dará a última palavra sobre a constitucionalidade da norma.

No entanto, o TSE já informou seu posicionamento, devendo os candidatos e os que exercem mandato popular ficar atentos daqui para frente. •

O autor, Rafael de Almeida Ribeiro, é Procurador Jurídico do Município de Itapuí, advogado especialista em direito eleitoral.

Seminário discute a gestão dos resíduos da construção civil

Discussão tinha por objeto o Projeto de lei nº 920/2007, que introduz em todos os órgãos da Administração Estadual a gestão integrada do entulho

A ASSEMBLÉIA Legislativa do Estado foi palco, no último dia 13 de dezembro, de mais um importante evento sobre a gestão de resíduos sólidos. Desta vez, a discussão tinha por objeto o Projeto de lei n. 920/2007, que introduz em todos os órgãos da Administração Estadual a gestão integrada de resíduos da construção civil, o chamado “entulho”.

Segundo o autor da proposição, o Deputado Celso Giglio, o principal objetivo de seu projeto é converter a Administração Pública em exemplo de gestão dos resíduos sólidos, principalmente do entulho, que representa aproximadamente metade do lixo produzido pelas grandes cidades. Além disso, Giglio entende que só o Poder Público é hoje capaz de produzir a demanda ne-

cessária à transformação da reciclagem de entulho em atividade econômica apta a gerar emprego e renda.

Para Martinus Filet, diretor do Departamento de Planejamento Ambiental Aplicado da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, já existe hoje boa parte das normas e planos necessários a uma gestão racional dos resíduos sólidos no Estado. No entanto, ao comentar o projeto de Celso Giglio, ele admitiu que o mesmo seria de grande ajuda na negociação entre a Secretaria do Meio Ambiente e os demais órgãos da Administração Estadual. Para ele, se convertido em lei, o projeto seria um meio de pressão adicional em favor da boa administração do entulho no setor público.

Sabetai Calderoni, Diretor-Presi-



dente do Instituto Brasil Ambiente, consultor das Nações Unidas e uma das principais autoridades brasileiras em gestão do lixo, enfatizou que o projeto está no caminho certo, ao promover o aproveitamento do entulho em atividade econômica rentável. E sugeriu que fosse criado um sistema de financiamento completo para a gestão do entulho, delegando-se a sua execução a uma Parceria-Público-Privada a ser constituída no âmbito do Município.

A exposição de Tarcísio de Paula Pinto, que representou no evento a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, enfocou experiências de gestão do entulho que já vêm obtendo sucesso no Estado, como é o caso de São José do Rio Preto, provavelmente a mais extensa e completa.

Vários dos presentes na platéia enfatizaram a importância da proposta apresentada por Giglio e solicitaram maiores incentivos em favor da reciclagem no âmbito tributário. Tarcísio de Paula Pinto concordou que o tratamento tributário hoje dispensado ao material reciclado é discriminatório, solicitando a inclusão da matéria no projeto de Celso Giglio. O Deputado solicitou a sua Assessoria que estudasse a matéria, renovando a sua disposição de continuar colhendo sugestões para o aprimoramento de seu projeto.

Para Giglio, “somente se houver colaboração de todos os envolvidos, nós conseguiremos que o Estado faça a sua parte e dê bons exemplos na solução do problema do entulho”. •

O principal objetivo do projeto é converter a administração pública em exemplo de gestão dos resíduos sólidos

Sustentabilidade no Ambiente Construído

IPT desenvolve Metodologia para Avaliação Ambiental de Edifícios

RECENTEMENTE, o termo “sustentabilidade” começou a entrar no cotidiano das pessoas como sinônimo de uma nova maneira de viver e produzir. Este conceito propõe uma visão equilibrada e harmoniosa de três grandes dimensões:

- A econômica: que representa exercer atividades economicamente lucrativas, de forma a atender as necessidades das sociedades humanas contemporâneas;
- A ambiental: que indica a necessidade de se desenvolver métodos ambientalmente corretos de produção e consumo, que garantam integridade dos ecossistemas e qualidade de vida dos seres vivos; e
- A Social: que propõe estabelecer novos parâmetros de cidadania, que reduzam a pobreza, doenças e a fome criando caminhos para uma sociedade mais justa.

Esta visão holística, que parece ser apenas conceitual e utópica, sem possibilidade de aplicação no mundo atual, está sendo rapidamente incorporada pelas grandes empresas mundiais. Já há consenso entre os acionistas das maiores corporações globais que empresas bem orientadas quanto ao desenvolvimento sustentável são economicamente mais bem-sucedidas.

Segundo informações publicadas no sítio da internet da bolsa de valores de Nova York, a movimentação de valor de mercado de empresas recomendadas por investimentos de sustentabilidade supera o valor de mercado de empresas que não possuem essa visão. Há um consenso entre os investidores que o conceito de sustentabilidade representa a valorização de resultados



ALÉM DA SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, SEGUINDO A DETERMINAÇÃO DO CONAMA, TAMBÉM FOI IMPLANTADO O PROCESSO DE COLETA SELETIVA DE LIXO.

de longo prazo, impõe a necessidade de análises mais abrangentes e de práticas de gerenciamento disciplinadas, levando à maior probabilidade de maximizar a relação retorno/risco. Em 1999, essa bolsa de valores lançou os Dow Jones Sustainability Indexes para acompanhar o desempenho financeiro das empresas guiadas pelo conceito de sustentabilidade.

A incorporação dos conceitos de sustentabilidade na construção civil deve iniciar já no momento da concepção do empreendimento de modo que o projeto arquitetônico seja desenvolvido com esta diretriz, a obra seja planejada para este fim e que haja o comprometimento de todos os envolvidos no processo. A visão a ser adotada deve ser a do ciclo de vida, considerando o processo de construção, o seu uso e, finalmente a sua desconstrução. Deve-se fazer uma revisão em produtos, processos e serviços de modo a projetá-los e

executá-los com o foco na sustentabilidade.

A construção civil brasileira começa a trilhar o caminho da sustentabilidade e deve superar grandes desafios. Pesquisas realizadas indicam que, no interior do estado de São Paulo, os RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (RCD) gerados em algumas cidades representam entre 54% e

70% (em média) do total de resíduos sólidos urbanos gerados. (Base 1999). Na Cidade de São Paulo foram geradas, em 2003, 17 mil Toneladas de Entulho por dia.

Estes números são decorrentes de erros de execução, movimentação de terra desnecessária por não se adequar o projeto ao terreno, desperdícios em várias fases da obra oriundas de falta de um planejamento para uma obra limpa; falta de detalhamento nos projetos, etc. É evidente que esta geração de resíduos causa um impacto ambiental nos locais onde são depositados e uma redução da lucratividade da construtora.

Outro desafio a ser superado é o do projeto voltado para o bom desempenho ambiental do edifício, durante o seu uso. Ainda prevalece a preocupação de se minimizar o “custo” da obra, esquecendo que, dependendo do empreendimento, está-se defronte a um verdadeiro iceberg, ou seja, os “custos”



BACIA SANITÁRIA COM CAIXA ACOPLADA COM VAZÃO DE ÁGUA DE 3L PARA DESCARGA DE LÍQUIDO OU DE 6L PARA ELIMINAÇÃO DE MATERIAL SÓLIDO

durante o uso do edifício são muito maiores durante a vida do edifício.

Apesar disso, o mercado residencial assiste o lançamento de vários empreendimentos utilizando o conceito de "Bom Desempenho Ambiental" para atrair compradores que têm preocupação com a preservação da natureza. Observa-se que são adotadas algumas soluções de projeto que estão corretamente direcionadas, porém sem uma visão abrangente de todos os impactos que poderão ocorrer, durante a obra e, posteriormente no uso do edifício.

Cabem as perguntas, "Podemos aproveitar a experiência internacional?" "Como inserir aspectos sociais no empreendimento?" "Que caminho seguir?"

Aproveitar experiências anteriores é sempre benéfico. Não se deve gastar energia "reinventando a roda". Porém, na questão da sustentabilidade, a simples importação de idéias e até sistemas de certificação do exterior não é correto. Diferenças climáticas, de infraestrutura urbana, de disponibilidade de recursos naturais mudam radicalmente a importância dada a cada aspecto considerado.

Com relação à vertente social, também devem ser considerados aspectos específicos de cada realidade, de modo a: Melhorar a qualidade de vida das pessoas; Promover a igualdade social; Permitir integração social e cultural; Incentivar a participação e cooperação de comunidades envolvidas na tomada

de decisão.

Neste contexto, o caminho a seguir é desenvolver uma visão adequada à realidade local, valorizando as ações direcionadas a vencer os principais desafios locais e regionais sem, contudo perder o foco das questões globais.

Com este pano de fundo, o IPT desenvolveu um método de avaliação de empreendimentos da

construção civil, adequado à realidade brasileira, voltado aos grandes centros urbanos, com indicadores objetivos e práticos, enfocando a produção e o produto. O processo consiste de análise de projetos, visitas a obra e acom-



APROVEITAMENTO DE LUZ NATURAL, ATRAVÉS DE VIDROS QUE REDUZEM O GANHO DE CALOR SOLAR E SISTEMA AR CONDICIONADO PROTEGIDO PARA QUE OS DUTOS NÃO FIQUEM SUJOS POR DENTRO COM A POEIRA DA OBRA.

panhamento de comissionamento, visando fornecer ao final do processo, para aqueles empreendimentos com bom desempenho, uma "Referência Ambiental na Construção".

Os critérios considerados estão divididos em 5 grandes blocos, onde estão presentes itens obrigatórios e outros que fornecem "pontos técnicos", proporcionais aos benefícios produzidos. Este conjunto de critérios é adequado a cada tipo de empreendimento avaliado, tendo

incorporados, também, alguns aspectos sociais, na relação do edifício com o meio urbano e nas condições ambientais internas. No quadro abaixo, estes itens estão sintetizados de forma a serem aplicados a edifícios de escritórios.

Este processo já está sendo aplicado em dois grandes edifícios, que estão em fase final de construção na cidade de São Paulo, onde estamos tanto refinando este método de trabalho, como contribuindo para o aprimoramento dos edifícios. Nas fotos abaixo estão ilustrados exemplos de soluções aplicadas visando melhorar o desempenho ambiental desses empreendimentos.

Após esta discussão surge a questão do custo. Há uma tendência de se achar que investir em soluções de bom desempenho ambiental tornará o empreendimento mais caro. Isto não é necessariamente verdade. Se as preocupações ambientais forem consideradas ainda

na fase de projeto, é possível que não haja aumentos significativos de custo, podendo ocorrer até reduções. Um melhor isolamento térmico de fachada, por exemplo, resulta em redução tanto no custo da máquina de ar condicionado como no consumo de energia durante a operação do edifício.

O conceito de sustentabilidade não é uma moda passageira, mas sim, uma nova forma de se projetar e construir, que está começando a ser incorporada à construção civil, desde os grandes empreendimentos comerciais até os conjuntos habitacionais promovidos pela própria CDHU, que já está trabalhando junto com o IPT para produzir empreendimentos sustentáveis. Não seguir esta direção representará, a longo prazo, a exclusão de empresas privadas do mercado e um mau atendimento ao cidadão, no setor público. *

O orçamento público e a participação popular

Orçamento Público atua como instrumento da programação de trabalho do governo como um todo e de cada um de seus órgãos, entidades e unidades, em particular

Por Francisco Carlos Grancieri

UM DOS GRANDES temas enfrentados pela sociedade consiste na obtenção de recursos para fazer frente às suas necessidades, tanto como contraponto o desejo de realizar despesas superiores às receitas.

Por essa razão se faz necessário estabelecer-se um planejamento de gastos, onde são eleitas despesas prioritárias, ou seja, aquelas mais importantes, deixando de lado ou para outra oportunidade aquelas que não são consideradas tão essenciais.

No caso do setor público ou governamental, esse planejamento é consubstanciado em lei e recebe o nome de Orçamento Público.

Nessa lei são listadas, para um determinado exercício, todas as despesas eleitas como prioritárias pelo ente estatal, bem como as estimativas das receitas previstas para serem arrecadadas e que custearão aqueles gastos.

Como exemplo de despesas públicas, podemos citar os gastos com a manutenção dos diferentes órgãos da Administração Pública (ministérios, secretarias, departamentos, etc.), com o sistema de saúde, com a educação, com os investimentos, com o pagamento de juros e amortização da dívida pública.

Como exemplos de receitas, temos aquelas originadas dos tributos cobrados das pessoas e das empresas, da exploração do patrimônio, da prestação de serviços entre outras (IPTU, ISSQN, ITBI, etc.), aquelas provenientes da União e do Estado por conta de transferências constitucionais (FPM, ICMS, IPVA, IPI, etc.) e aquelas que envolvem a tomada de recursos de terceiros (empréstimos ou operações de créditos) e as derivadas da

venda de ativos governamentais (alienação de bens patrimoniais).

O Orçamento Público juridicamente materializa-se através lei ordinária, de validade anual, que exprime, em termos financeiros e técnicos, as decisões políticas na alocação de recursos públicos, estabelecendo as ações e programas prioritários para atender às demandas da sociedade.

Além de permitir o controle das finanças públicas, evitando que sejam realizados gastos não previstos, o Orçamento Público atua como instrumento da programação de trabalho do governo como um todo e de cada um de seus órgãos, entidades e unidades, em particular.

O Orçamento Público, e bem dizendo, as despesas e as receitas nele contidas, afeta de várias maneiras a vida dos cidadãos.

Do lado das despesas verificamos que dependendo do tipo de gasto, pode-se estar beneficiando mais um segmento social do que outro.

Do lado das receitas, como elas advêm principalmente de tributos e contribuições, pode ser exigido maior esforço fiscal de uma classe social do que de outra.

A esse respeito a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00) estabelece no parágrafo único de seu artigo 48 como instrumento de transparência da gestão fiscal, o incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e de discussão dos planos orçamentários.

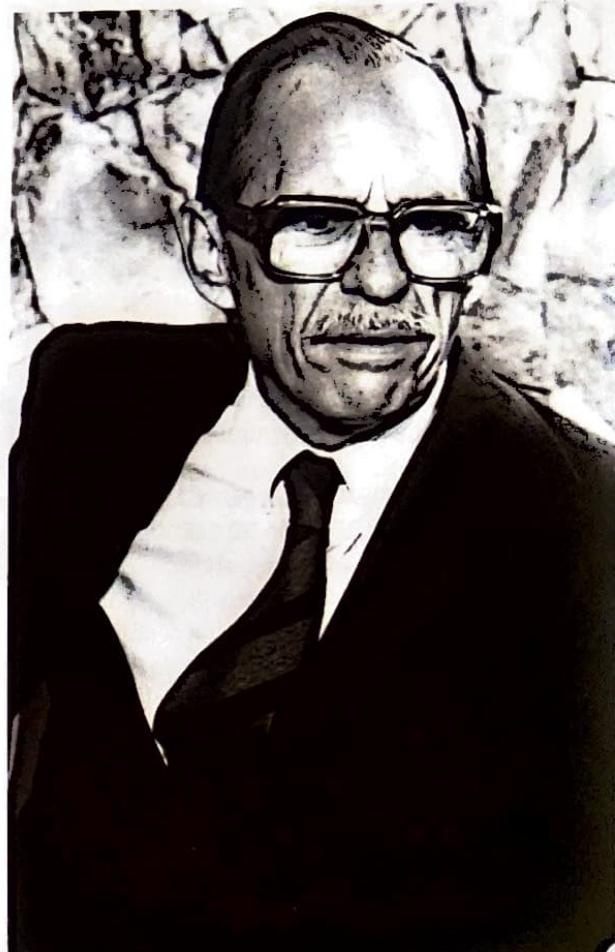
Nesse sentido, concluímos, que a iniciativa popular deve se aliar aos demais instrumentos e procedimentos previstos em nosso ordenamento e a atuação dos órgãos responsáveis. •

Francisco Carlos Grancieri é bacharel em Ciências Contábeis e Direito. Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Responsável pela Unidade Regional de Araçatuba

Página da História

Por Carlos Cruz

NESTE NÚMERO, continuamos focalizando o 35º Congresso Estadual de Municípios, ocorrido de 16 a 20 de abril de 1991, no Guarujá, notabilizando como um dos mais efervescentes politicamente e concorridos da história.



DESTACAMOS A IMORREDOURA FIGURA DO SAUDOSO DEPUTADO ROGÉ FERREIRA, EXEMPLO DE DESTEMOR E COERÊNCIA IDEOLÓGICA E HONRADEZ NA GESTÃO PÚBLICA



FLAGRANTE DE UMA MESA DIRETORA DE TRABALHOS, MOSTRANDO A DINÂMICA E O INTERESSE DESPERTADO ENTRE OS CONGRESSISTAS

As trocas de partido e a resolução do TSE

Por Antonio Sergio Baptista

O TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL – TSE, no exercício de sua competência constitucional editou a **RESOLUÇÃO nº 22.610 – DJU de 30.10.07**⁽¹⁾, tendo por objeto disciplinar os processos de perda de cargo eletivo em razão das trocas de partido, estabelecendo as seguintes regras:

DA LEGITIMIDADE PARA PEDIR A DECRETAÇÃO DE PERDA DO CARGO ELETIVO

I) nos primeiros trinta dias, contados da vigência da resolução, para os casos anteriores a ela, ou da desfiliação, se posterior a 30 de outubro de 2007, a legitimidade é do partido político do qual se desfiliou o detentor do cargo eletivo;

II) nos trinta dias subsequentes, se o partido prejudicado não tiver promovido o processo de perda do cargo eletivo, a legitimidade se desloca para quem tenha interesse jurídico – supentes de vereadores, deputados, senadores, vice-governadores, vice-prefeitos, dentre outros – ou, também, do Ministério público eleitoral.

Portanto, como se lê, o partido político não está obrigado a promover o processo de perda do cargo eletivo e, por outro lado, os demais interessados, somente poderão tomar qualquer atitude, se assim o desejarem, após decorrido o primeiro período de trinta dias.

DA DEFESA OU JUSTA CAUSA IMPEDITIVA DA PERDA DE CARGO ELETIVO

A resolução relaciona quatro hipóteses de justa causa que, se comprova-

das, poderão impedir a perda do cargo eletivo:

I) incorporação ou fusão do partido, em qualquer hipótese haverá mudança do programa partidário que, ao menos em princípio, poderá resultar na perda do cargo eletivo do filiado. De qualquer forma, entendo que a justa causa só poderá ser apontada quando a mudança do programa partidário for a justa causa subjacente, neste caso, quando houver a ocorrência imediata da desfiliação ou da realização da fusão ou incorporação.

II) criação de novo partido: neste caso, entendo tratar-se da filiação do ocupante de cargo eletivo a um novo partido, no momento da sua criação, isto porque, neste caso, não há que se falar em troca de partido. Basta provar a filiação no novo partido;

III) mudança substancial ou desvio reiterado do programa partidário: na primeira hipótese, de mudança substancial, entendo que esta somente pode ser considerada como formal, objetiva, ou seja, a prova deve ser documental. No entanto e diferentemente, penso que o desvio reiterado do programa partidário carrega forte dose de subjetividade, na medida em que dependerá de prova de fatos ou atos nem sempre claros e inquestionáveis. Aliás, basta tomar como exemplo o fechamento de questão pelo partido em matérias que, ao menos em tese, poderiam configurar desvio do programa partidário;

IV) grave discriminação pessoal: trata-se, a toda evidência, de justa causa que carrega forte carga de subjetividade seja porque, dependerá, quase sem-

pre, de prova testemunhal, seja porque, inexistem parâmetros objetivos para avaliar a gravidade da discriminação pessoal.

DA COMPETÊNCIA PARA APRECIAR OS PEDIDOS DE PERDA DE CARGO ELETIVO

De acordo com a resolução são competentes:

I) TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL quando se tratar de cargos eletivos federais, ou seja, Deputados Federais, Senadores e Presidente da República e,

II) TRIBUNAIS ELEITORAIS do Distrito Federal e dos respectivos Estados, quando se tratar de cargos eletivos estaduais, distritais e municipais, ou seja, Governadores, Vice-governadores, Deputados Estaduais e Distritais, Prefeitos, Vice-prefeitos e Vereadores.,

Por oportuno, esclareço que, no âmbito dos partidos políticos e de acordo com o artigo 11 da Lei nº. 9096/95, a representação perante o Tribunal Superior Eleitoral é assegurada ao Diretório Nacional e aos Diretórios Estaduais e Distritais, quando perante os Tribunais Regionais.

Portanto, nas hipóteses de desfiliação, envolvendo cargos eletivos municipais, a competência para requerer a perda é dos diretórios estaduais.²

DA DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE JUSTA CAUSA

A resolução, no parágrafo 3º do artigo 1º, prevê a possibilidade de antecipação de prova ao permitir que o



desfiliado, ou aquele que pretenda desfiliar-se, peça ao partido uma declaração de existência de justa causa, bastando, para tanto, requerer à justiça eleitoral, de acordo com as competências acima, a citação do partido para responder em cinco dias (artigo 4º), confirmado ou negando a existência de justa causa.

DOS ATOS PROCESSUAIS

A resolução, a partir do artigo 3º, disciplina o processo de perda do cargo eletivo, em rito sumário, devendo estar encerrado no prazo de 60 (sessenta) dias; da decisão cabe apenas pedido de reconsideração, sem efeito suspensivo.

CONCLUSÃO

Ao fim e ao cabo, uma palavra para manifestar meu inconformismo pela evidente invasão de competência do Poder Judiciário no âmbito das prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo.

Aliás, apesar da injustificável invasão, é preciso que se reconheça que o Congresso Nacional é o grande e único culpado por este estado de coisas, na medida em que não legisla, em que deixa de cumprir suas obrigações constitucionais, permitindo que os demais poderes o façam, através da edição de Medidas Provisórias (Poder Executi-

vo), decisões e resoluções dos Tribunais e, por incrível que possa parecer, até dos Ministérios Públicos Federal e Estaduais.

É de pasmar! •

Antonio Sergio Baptista

Advogado - Especialista em Direito Público
Diretor Presidente da ASB - Advogados
Associados e do Instituto BrasilCidade
Coordenador do Conselho
Técnico Multidisciplinar
da Associação Paulista de Municípios

(1) leia na íntegra em www.asbadvogados.com.br

(2) leia acórdão do TSE em www.asbadvogados.com.br

Saia da casca.



Para alguns, um ovo é apenas o alimento de hoje. Para outros, um ovo é o ingrediente de uma receita. Há também aqueles para quem um ovo é a garantia de muitos dias de alimento no futuro. Tudo depende da capacidade de enxergar as diferentes possibilidades, e de aproveitá-las.

Excelência em comunicação dirigida, a Revista Municípios de São Paulo, abre novas formas para a sua empresa aparecer no mercado e crescer.

Saia da Casca. Anuncie para mais de 645 municípios e garanta o futuro do seu negócio.

Realização



Municípios
A Revista da Associação Paulista de Municípios DE SÃO PAULO

Representante comercial

GSENNE
SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS

Rua Comendador Rodolfo Crespi, 452 - cj. 22 - SBC - SP
Tel.: (11) 4368-5678 - Fax: (11) 4367-5632
anuncio@gsenne.com.br - www.gsenne.com.br

Ghost-writer

Por Claudio Manesco

JOSÉ É UM DAQUELES
homens que se não tivessem nascido precisariam ganhar vida em personagens.

Filho de imigrantes, tomou a frente do negócio deixado pelo pai graças à sua extrema habilidade em lidar com gente e conquistar corações.

Foi vereador, prefeito, presidente de autarquia e chegou ao auge assumindo uma Secretaria de Estado. Tudo com muita naturalidade, apesar ou por causa dos "eles" trocados por "erres", do jeito simplório e dos causos metafóricos.

Poderia passar horas lembrando de hilárias passagens do Zé, mas agora me ocorre uma bastante emblemática num período em que o nos-

so protagonista dirigia uma associação de classe e vez ou outra escrevia artigos nos grandes jornais de São Paulo defendendo as teses do seu ramo de negócio.

Era óbvio que o Zé não devia o tom que usava ser

amigos davam forma e assim o artigo era publicado, devidamente assinado por ele. Uma vez o "Estadão" publicou um artigo – um tanto quanto alencarino, diga-se de passagem – com um português caprichado e com um repertório refinado.

Não deu outra. A publicação do artigo coincidiu

com uma Assembléia Geral da Associação e o Zé na condição de presidente, coordenou a sessão. Lá pelas tantas um associado – o paulista mais mineiro que eu já conheci – resolveu "mangar" do Zé em razão do contraste entre os seus dons literários e a qualidade do artigo publicado. Emposta a voz e em tom blasé acusou:

- Senhores associados, quero tecer elogios ao nosso presidente pelo excelente artigo publicado hoje no Jornal "O Estado de São Paulo". Não bastasse a correção do conteúdo, observamos o total domínio do vernáculo, de tal forma que a peça pode ser considerada quase que uma obra literária. Senhor presidente, meus parabéns!!!

Rápido, e sem deixar que o riso tomasse conta da platéia, Zé respondeu:

- Brigado, brigado mesmo. Fico feliz que o senhor tenha gostado e óia que eu nem tava muito inspirado. •



Casos havidos ou romanceados, "causos" são objeto desta nossa cultura, que, com sua ajuda, irá ganhando musculatura, revelando um pouco do espírito caboclo da política bandeirante. A idéia é que desfilhem casos e "causos" que resgatem a curiosidade da política e também histórias do dia-a-dia da gente paulista. Envie sua história para o e-mail: cmchrista@terra.com.br



O pregão eletrônico da BBM - BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS - realiza compras públicas em ambiente seguro, com muitos participantes envolvidos na disputa pelo fornecimento de produtos e serviços, gerando economia de recursos e rapidez nas contratações, sem custos.

A **FAIR PRICE** - Corretora de Mercadorias celebra e assessorá o termo de apoio técnico e operacional entre Órgãos Públicos e a BBM - Bolsa Brasileira de Mercadorias. Consulte-nos.



Soluções Complexas e Serviços para o Poder Público

A gestão financeira dos governos precisa ser feita com contabilidade. Para isso ficar mais fácil, procure o Bradesco. O Bradesco é o maior banco do País, presente em quase todos os municípios (com Agências e Bradesco Expresso). É um Banco que tem, à sua disposição, uma experiência em produtos e serviços voltados para o Poder Público, com soluções completas de pagamentos, recebimentos e administrativas dia-a-dia. Isso, sem falar nos nossos Gerentes Especializados, que atendem às necessidades de um Órgão Público. Para mais informações, acesse www.bradescopoderpublico.com.br ou informe-se em um dos nossos 1.500 escritórios.

Bradesco

uno **público**

*Qualidade
em educação
para todos*

Segmentos

- Maternal e Educação Infantil
- Ensino Fundamental – Séries Iniciais *
- Ensino Fundamental – Séries Finais *
- Pré-vestibular

Apoio consistente aos municípios

- Apresentação da proposta pedagógica e orientação do corpo docente para o uso do material;
- Acompanhamento na adequação e execução do planejamento durante o ano letivo;
- Encontros e palestras para professores, gestores, alunos e pais ao longo do ano;
- Orientação para a implementação de plano de gestão para a melhoria dos resultados, com foco na aprendizagem do aluno;
- Atendimento permanente e contínuo à escola e à Secretaria de Educação, em datas definidas, de acordo com as necessidades da escola e das Secretarias;
- Avaliação educacional e institucional.

Apoio ao professor

- Modelos de avaliações bimestrais;
- Portal com área de acesso exclusivo ao professor;
- Equipe de professores especialistas para atendimento;
- Formação continuada para professores e gestores;
- Oficinas para aprimoramento do trabalho do professor.

* Ensino Fundamental com 8 ou 9 anos
conforme a necessidade do município

GrupoSantillana
www.unopublico.com.br
(11) 6090.1325